

SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 44.792.422/0001-12, para prestação de serviços de medicina e segurança do trabalho, por um período de 12 (doze) meses a contar da publicação deste despacho, pelo valor total estimado de R\$ 1.938,00 (um mil novecentos e trinta e oito reais).

# CÂMARA MUNICIPAL

**Presidente: Milton Leite**

## GABINETE DO PRESIDENTE

### CÂMARA MUNICIPAL

#### SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR

#### SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO - SGP-4

**PROJETOS APRESENTADOS CONFORME O PRECEDENTE REGIMENTAL Nº 1/2020, DISPENSADA A LEITURA NO PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE**

**PROJETO DE LEI 01-00276/2021 do Vereador Sansão Pereira (REPUBLICANOS)**

“Institui Programa de Apoio aos setores Turístico, Hoteleiro, Gastronômico, de Sistemas Expositores, de Eventos e Negócios afetados pelas medidas de isolamento relacionadas ao Estado de Emergência em função da pandemia do COVID-19 no âmbito do Município de São Paulo.

Art 1º. Fica instituído o Programa de Apoio aos setores Turístico, Hoteleiro, Gastronômico, de Sistemas Expositores, de Eventos e Negócios compreendendo medidas transitórias para promover a recuperação dos setores afetados pelas medidas de isolamento em vigor.

Art 2º. São objetivos do Programa de Apoio:

I O reconhecimento dos setores como segmentos importantes para o conjunto da economia da cidade;

II A proteção à atividade econômica instalada na cidade;

III A manutenção do emprego e renda dos trabalhadores dos setores envolvidos;

IV Impedir que os contribuintes sejam tributados pelo município por bens e serviços cuja utilização foi suspensa e/ou restrita por determinação do Poder Público.

Art 3º. Será garantido aos estabelecimentos compreendidos no artigo 1º a isenção dos seguintes tributos:

I Taxas de Fiscalização (Fiscalização de anúncios, de estabelecimentos e de licença de elevadores pagas pelo empreendimento hoteleiro);

II IPTU (Imposto predial e Territorial Urbano);

III ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

§1º. A garantia prevista no caput do artigo terá como base a vigência do Decreto nº 59.291 de março de 2020.

§2º. Em relação ao disposto no inciso II do Art 3º, será garantida a redução da base de cálculo do IPTU sendo esse percentual igual à capacidade de atendimento ao público definida pelas autoridades competentes no período de incidência do imposto.

§3º. Fica suspensa enquanto perdurar o Estado de Emergência a inscrição no CADIN e na Dívida Ativa do Município os débitos relativos a tributos municipais vencidos e não pagos com período de apuração equivalentes a efetividade da suspensão e/ou restrições das atividades dos estabelecimentos compreendidos no artigo 1º.

§4º. Os débitos mencionados no parágrafo anterior poderão, excepcionalmente, ser incluídos em Programas de Parcelamento instituídos pelo Município a fim de auxiliar na retomada gradativa dos estabelecimentos.

Art 4º. Fica suspenso por até 2 (dois) anos a partir da publicação desta lei a cobrança das taxas dispostas no inciso I do artigo 3º dos estabelecimentos compreendidos no artigo 1º.

Art 5º. Fica garantido o parcelamento com até 180 (cento e oitenta) parcelas e carência de no mínimo 60 (sessenta) dias do pagamento da primeira parcela, 120 (cento e vinte) da segunda e 180 (cento e oitenta) da terceira e as demais mensalmente nos programas de parcelamento de débitos do Município para os estabelecimentos compreendidos no artigo 1º.

Art 7 º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões, às Comissões competentes.”

“JUSTIFICATIVA

Os setores Turístico, Hoteleiro, Gastronômico, Eventos e Negócios tem sido fortemente afetados pela crise, pois os impactos foram sofridos em toda a cadeia, coma suspensão e/ou restrições das atividades de hotéis, restaurantes, parques, voos internacionais e nacionais, além do cancelamento de shows e eventos.

São Paulo é uma das principais cidades do mundo no setor de alimentação e gastronomia. A capital paulista conta com cerca de 6% da população trabalhando com serviços de alimentação, mais de 23 mil restaurantes com culinária de diversos países do mundo, comida de rua, 13 cursos de universidades voltados à gastronomia, além de 30% da área voltada à agricultura familiar

Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/seguranca\_alimentar/index.php?p=265305

O segmento de turismo de negócios apresentou no terceiro trimestre do ano vendas de R\$ 548,2 milhões, valor que corresponde a uma queda de 81,7% em relação ao mesmo período de 2019. No segundo trimestre, a queda foi mais intensa, de 90,2%, para R\$ 295,1 milhões. Os dados são da Associação Brasileira de Viagens Corporativas (Abracorp)
Dados do Ministério do Turismo (MTur) apontam déficit de US\$ 2,029 bilhões na balança comercial turística no acumulado de janeiro a setembro, comparado ao mesmo período de 2019. Considerando somente a receita cambial, foram US\$ 2,382 bilhões injetados na economia, versus US\$ 4,542 bilhões em 2019. No que se refere aos empregos do setor, o estudo do Monitora Turismo, baseado nos dados do CAGED e considerando as atividades diretas, compartilhadas, indiretas e aquecidas pelo turismo, apontam a perda de 110.833 postos formais de trabalho no país.

Já na cidade de São Paulo, alguns indicadores demonstram o impacto sofrido pelo setor: a estimativa do CIET - Centro de Inteligência da Economia do Turismo da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo é que a capital tenha recebido, em 2020, 8,4 milhões de turistas domésticos e 623 mil turistas estrangeiros, o que indicaria queda de 39,6% no turismo nacional e 58,5% no turismo internacional; taxa de ocupação hoteleira acumulou queda de 58,7%, quando comparada a 2019; no mesmo período, a movimentação de passageiros nacionais e internacionais nos aeroportos que servem a cidade (Guarulhos, Congonhas e Viracopos) recuou 50,8% e 71% respectivamente; e a arrecadação do Grupo 13 do ISS - aquele onde são contabilizadas as atividades inerentes ao turismo - retraiu 51,1% no acumulado do ano, o que equivale a R\$ 193,7 milhões em números absolutos. Em relação ao emprego, o Monitora Turismo apontou que São Paulo amargou com a perda de 18.649 postos formais de trabalho.

Impacto no Turismo em São Paulo

E8,4 milhões de turistas domésticos 39,6% (CIET)

E623 mil turistas internacionais 58,5% (CIET)

58,7% taxa de ocupação hoteleira (OTE)

50,8% movimentação de passageiros nacionais - GRU, CGH e VCP (OTE)

71,0% movimentação de passageiros internacionais - GRU e VCP (OTE)

51,1% arrecadação do Grupo 13 do ISS, equivalente a R\$ 193,7 milhões (OTE)

18.649 empregos formais

Bares e Restaurantes

Entre os restaurantes e bares da cidade, a pandemia também provocou prejuízos, demissões e fechamento de estabelecimentos. Com os salões fechados desde o início do período de isolamento social, os estabelecimentos só tiveram permissão para retomar as atividades com presença de público no fim de junho, com a evolução da capital para a fase amarela do Plano São Paulo, porém com restrições de capacidade e horários, e obrigatoriedade de adoção de protocolos rígidos de higiene e distanciamento.

73,5% dos restaurantes e bares estavam trabalhando com entregas no 1º semestre.

55% tiveram até 30% de redução do delivery após a reabertura.

57%tiveram demissões por consequência da pandemia.

83,3%suspenderam contratos de trabalho.

67% negociaram redução de aluguel dos imóveis no 1º semestre.

Fonte: Monitora Turismo

O impacto das medidas adotadas no combate a pandemia atingiram diretamente o setor que é responsável por empregar milhares de paulistanos. Medidas como a deste PL, vão de encontro a alternativas para o apoio ao setor e as famílias que dependem desta renda para sobreviver.

É importante adotar medidas de auxílio a retomada das atividade, a saber do setor de eventos que necessitam de apoio através de isenções que poderão ser concedidas mesmo após o termino do período emergência. No presente PL, fica garantido a isenção de até 2 (dois) anos de taxas de fiscalização que são cobradas anualmente. Esse benefício é essencial para auxiliar os setores nessa retomada , pois na volta de suas atividades muitos estão sem caixa para arcar com suas obrigações tributárias.

O momento é de sensibilidade e compreensão, como vereadores desta cidade não podemos ficar de braços cruzados vendo as empresas quebrarem e seus colaboradores ficarem desempregados, são milhares de famílias que podem ser atingidas.”

**PROJETO DE RESOLUÇÃO 03-00029/2021 do Vereador Sansão Pereira (REPUBLICANOS)**

“Dispõe sobre a criação, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, da Frente Parlamentar de Apoio e Desenvolvimento aos setores Turístico, Hoteleiro, Gastronômico, de Sistemas Expositores, de Eventos, Negócios e de Lazer, e dá outras providências

A Câmara Municipal de São Paulo Resolve:

Art 1º. Fica instituída no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, a Frente Parlamentar de Apoio e Desenvolvimento aos setores Turístico, Hoteleiro, Gastronômico, de Sistemas Expositores, de Eventos, Negócios e de Lazer no âmbito do Município de São Paulo.

§1º. A Frente Parlamentar terá caráter suprapartidário e será composta por vereadores comprometidos com o desenvolvimento dos setores na cidade.

§2º. A Frente será temporária e se extinguirá com o término da atual legislatura, ou antes, caso perca o seu objeto.

Art 2º. Caberá à frente parlamentar, entre outros aspectos, realizar pesquisas a fim de criar subsídios na elaboração de proposições inerentes a causa na esfera Municipal, acompanhar a execução das políticas públicas, promover o intercâmbio entre parlamentares e entidades de outros entes federados, bem como entidades do setor privado e sociedade civil, objetivando o aperfeiçoamento dos trabalhos e ações conjuntas.

Art 3º. A Frente terá ainda o objetivo de acompanhar e fiscalzar ações do Poder Executivo que venham atingir direta ou indiretamente os setores.

Art 4º. A adesão à frente Parlamentar será facultada a todos os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

Art 5º. O material produzido pela Frente Parlamentar ora criada, com sumário das conclusões das reuniões, seminários, simpósios e encontros, ficará disponível para toda população.

Art 6º. As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessário.

Art 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões, às Comissões competentes.”

“JUSTIFICATIVA

O Projeto de Resolução tem por objetivo apoiar os setores Turístico, Hoteleiro, Gastronômico, de Sistemas Expositores, de Eventos, Negócios e de Lazer, setores este que foram diretamente atingidos pelas medidas emergenciais adotadas por Estados e Municípios em combate a pandemia.

É importante salientar que os setores promovem milhares de empregos diretos e indiretos, além de ser estratégico no desenvolvimento econômico, social e sustentável na cidade.

A criação desta frente parlamentar agrega no sentido de contribuir com a formulação de políticas públicas, além de acompanhar e fiscalizar as ações governamentais. Com a promoção de pesquisas e debates, é possível fomentar a participação popular e somar esforços com os representantes dessas categorias promovendo a construção democrática de proposições que venham auxiliar no desenvolvimento do setor.”

#### 22ª SESSÃO ORDINÁRIA

**13/04/2021**

- Presidência do Sr. Milton Leite e da Sra. Rute Costa.

- Secretaria da Sra. Juliana Cardoso.

- À hora regimental, com o Sr. Milton Leite na presidência, feita a chamada, verifica-se haver número legal. Estiveram presentes durante a sessão os Srs. Adilson Amadeu, Alessandro Guedes, Alfreidinho, André Santos, Antonio Donato, Arselino Tatto, Atilio Francisco, Aurélio Nomura, Camilo Cristóforo, Carlos Bezerra Jr., Celso Giannazi, Cris Monteiro, Danilo do Posto de Saúde, Delegado Palumbo, Dr. Sidney Cruz, Edir Sales, Eduardo Matarazzo Suplicy, Elaine do Quilombo Periférico, Eli Corrêa, Eliseu Gabriel, Ely Tuemel, Erika Hilton, Fabio Riva, Faria de Sá, Felipe Becari, Fernando Holiday, George Hato, Gilberto Nascimento, Gilson Barreto, Isac Felix, Jair Tatto, Janaina Lima, João Jorge, Juliana Cardoso, Luana Alves, Marcelo Messias, Marlon Luz, Milton Ferreira, Paulo Frange, Professor Toninho Vespoli, Ricardo Teixeira, Rinaldi Digilio, Roberto Tripoli, Rodrigo Goulart, Rubinho Nunes, Rute Costa, Sandra Santana, Sandra Tadeu, Sansão Pereira, Senival Moura, Sílvia da Bancada Feminista, Sonaira Fernandes, Thammy Miranda e Xexêu Tripoli.

- De acordo com o Precedente Regimental nº 02/2020, a sessão é realizada de forma híbrida, presencial e virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Há número legal. Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta é a 22ª Sessão Ordinária, da 18ª Legislatura, convocada para hoje, dia 13 de abril de 2021.

Informo que a presente sessão conta com a presença virtual do Sr. Secretário de Urbanismo e Licenciamento, Dr. Cesar Angel Boffa de Azevedo, para prestar esclarecimentos de assuntos pertinentes à Secretaria, como a revisão do Plano Diretor, operações urbanas e outros assuntos pertinentes.

Até que o Sr. Secretário entre no ar, tiro a máscara, já que o funcionário mais próximo está a seis metros de distância.

**O SR. FARIA DE SÁ (PP)** - (Pela ordem) - Sr. Presidente, eu poderia falar com o Secretário Cesar?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Sim, assim que S.Exa. estiver no ar.

Antes, porém, eu farei algumas considerações, que são importantes. Primeiro, vou fazer uma menção ao regramento e ao funcionamento de como faremos os debates.

Primeiro, o Sr. Cesar fará um pronunciamento, uma breve fala de 30 minutos. Vamos acertar o regramento entre nós para que não haja dúvida. Reitero aos Srs. Vereadores como faremos. Serão 30 minutos para o Sr. Cesar; até 10 minutos para o Presidente da Comissão; 10 minutos para o Líder do Governo. Os membros da Comissão de Política Urbana terão prioridade na inscrição, desde que se manifestem, evidentemente, sem prejuízo aos demais se inscreverem.

Suspenderei a sessão para que possamos ouvir o pronunciamnto do Sr. Secretário.

Estão suspensos os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - O Sr. Cesar já está *on-line*. Boa tarde, Cesar. **O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Boa tarde, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Antes de tudo, muito obrigado pela presença, mais uma vez na Câmara, e agradecemos ao Secretariado do Prefeito Bruno Covas pela total colaboração e transparência com a Câmara e com os cidadãos desta cidade, os srs. contribuintes.

Então, reiterando, primeiro fará o uso da palavra o Sr. Cesar, por até 30 minutos; o Vereador Paulo Frange e o Vereador Fabio Riva em até 10 minutos. Terão prioridade os Vereadores da Comissão de Política Urbana, desde que se manifestem, obviamente. Os Srs. Vereadores deverão fazer inscrição pelo *chat*. (Pausa)

- Microfones abertos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite- DEM)** - Há microfones abertos.

Deixem-me concluir. A cada 10 pessoas que se manifestarem, o Sr. Secretário observará as perguntas, as anotará e dará as respostas, porque, senão as perguntas ficarão muito distantes. Não teremos o tempo necessário para todos os Srs. Vereadores se inscreverem, porém peço que as Sras. e os Srs. Vereadores façam as suas inscrições a partir deste momento até uma hora. Ou seja, só vamos admitir que as inscrições sejam feitas até às 16h, caso contrário não vamos terminar a sessão e às 17h, 19h ainda teremos inscrições. Peço que se inscrevam no *chat*. Já coloco as prioridades para que o pessoal do painel me passe a lista: os componentes da Comissão de Política Urbana e, obviamente, todos demais Vereadores poderão fazer as suas perguntas.

Só um lembrete às Sras. e aos Srs. Vereadores com relação à sessão de amanhã: conforme avançado no Colégio de Líderes, votaremos o PPI em primeira votação, sem substitutivos, preferencialmente sem emendas, em primeira votação para que a Câmara possa construir um substitutivo e possamos ter uma votação que represente a Câmara como um todo, ou em sua maioria, para que possamos produzir um substitutivo que atenda realmente os necessitados, decorrente dessa pandemia. E não temos data fixada para segunda votação, considerando que teremos ainda duas audiências públicas.

Com relação aos projetos dos Srs. Vereadores, amanhã votaremos os projetos dos Srs. Vereadores. Só 15 passaram pela ATM, Assessoria Técnica da Mesa, para esta segunda rodada de votação, restando 16 projetos para que possamos complementar a lista de 55. Mas há manifestações de Vereadores que não desejam apresentar neste momento, ficarão com o crédito de votação.

Então, peço àqueles que não desejam votar neste momento projetos em primeira, que se manifestem junto à Assessoria Técnica da Mesa, para que possa dar prosseguimento na segunda votação. Assim, fecharemos o quadro de primeira votação e passaremos à segunda.

Aqueles Vereadores e Vereadoras que já tiveram o seu projeto aprovado em primeira votação, devem procurar o Líder do Governo para tratar do texto substitutivo, se houver necessidade, para a sanção e tornar-se lei, para que o Executivo não tenha de vetar um projeto por um pequeno detalhe ou outro que pode ser sanado na segunda votação.

Neste momento, agradeço mais uma vez o Sr. Cesar Angel Boffa de Azevedo. Sr. Secretário, é uma honra recebê-lo neste plenário virtual, com a presença já significativa de Sras. e Srs. Vereadores. Abriremos a palavra a V.Exa., no plenário virtual da Câmara Municipal de São Paulo. Não haverá sessão ordinária hoje, destinaremos este espaço somente para ouvir V.Exa., considerando que os temas são muito importantes para a cidade de São Paulo como um todo.

Tem V.Exa. a palavra dentro daquele regramento que falamos. V.Exa. terá 30 minutos para falar acerca dos temas já acordados; plano diretor; operações urbanas, o caso da Operação Urbana Jurubatuba que está judicializada, quem está, quem não está, quais as perspectivas, Operação Urbana Centro; os PIUs Centro, Zona Norte, Serra da Cantareira, enfim, todos os temas que V.Exa. deve tratar este ano.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Boa tarde, Presidente Milton Leite, na pessoa de quem cumprimento as Vereadoras e os Vereadores presentes no plenário virtual. Agradeço pelo convite e pela oportunidade de poder apresentar à Câmara Municipal e a toda a cidade os principais itens do plano de trabalho da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento para o ano de 2021.

Minhas primeiras palavras são para fazer um reconhecimento público. Tivemos com a Câmara Municipal uma boa parceria no primeiro mandato do Prefeito Bruno Covas. E tenho a convicção de que não será diferente nos próximos quatro anos. Destaco nesse ponto a Lei de Regularização de Imóveis, construída a quatro mãos do começo ao fim. Essa lei foi um marco para a cidade e permitiu que mais de 200 mil imóveis fossem regularizados. Nenhuma outra iniciativa no passado chegou perto disso.

Quero destacar também a agilidade e o comprometimento desta Casa na aprovação de medidas que ajudam diretamente no enfrentamento dos efeitos da pandemia. Posso afirmar que diante dos desafios que a cidade nos apresenta, o apoio da Câmara Municipal será fundamental para avançarmos ainda mais na construção de uma São Paulo inclusiva, justa e resiliente. Acredito que é o que todos desejam e peço muito o voto de confiança de cada um dos Srs. Vereadores.

No dia 1º de janeiro deste ano, o Prefeito Bruno Covas, ao tomar posse no plenário desta Câmara, disse o seguinte: “A prioridade da nossa Gestão está colocada, é diminuir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida de quem vive aqui, o emprego será o mantra da nossa Gestão, vamos gerar oportunidades principalmente para os jovens das nossas periferias. E, em 2024, concluiremos o mais usado plano de construção de casas e apartamentos que a cidade já viu.”

Esse é o compromisso do Prefeito com toda a sociedade. E muitos podem perguntar o que isso tem a ver com a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento; então, eu respondo aos senhores que tem tudo a ver conosco.

O maior desafio da Secretaria nesse ano será encaminhar aos Srs. Vereadores uma proposta de revisão do Plano Diretor de São Paulo: emprego na periferia, moradia digna e como defender o Prefeito no seu discurso são a espinha dorsal desse Plano Diretor.

Posso assegurar a todos que nosso maior e único propósito nessa revisão é aprimorar todos os instrumentos urbanísticos aprovados por esta Câmara em 2014. Dessa forma, gerar ainda mais efetividade ao PDE, para que o seu objetivo possa ser alcançado, que é aproximar o emprego das moradias.

Queremos criar ainda mais condições para a geração de empregos na periferia e oferecer a mais paulistanos a oportunidade de poder morar em áreas mais bem dotadas de infraestrutura. Isso é responsabilidade social, é o que todos que elegeram o Prefeito Bruno Covas esperam de nós.

A nossa gestão considera legítima e elogiável a preocupação da sociedade com a revisão intermediária do Plano Diretor em meio à pandemia, essa que escancarou ainda mais a fragilidade da nossa cidade. Não podemos adiar nossas obrigações principalmente nesses momentos mais adversos.

Essa revisão é uma determinação legal. O Art. 4º do Plano Diretor diz: “O Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal uma proposta de revisão deste Plano Diretor, a ser elaborada de forma participativa em 2021”.

Nós reafirmamos com esta Casa e com a sociedade o compromisso de um processo participativo amplo, democrático e transparente para a construção de uma proposta de revisão do PDE. Será um debate a ser feito com todos: população, universidade, sociedade civil organizada, setor produtivo, com o Legislativo. Todos terão espaço e voz ao longo desse ano, para juntos elaborarmos um projeto de lei que atenda aos interesses coletivos.

Começamos essa semana um chamamento público para que as entidades da sociedade civil se inscrevam e que de forma segura, organizada e respeitando todos os protocolos sanitários, possamos realizar reuniões e recolher contribuições. Até o fim de abril, vamos iniciar outro canal de participação onde todo cidadão poderá dar a sua contribuição e fazer propostas de alteração do PDE.

De abril a novembro, ou seja, por oito meses, uma plataforma na internet criada pela equipe da nossa Secretaria da Prefeitura, especialmente para estimular e viabilizar a participação social, permitirá que qualquer cidadão deixe sua proposta para a revisão do Plano Diretor.

Não podemos resistir ao uso da tecnologia. Vamos apostar agora num modelo híbrido de participação social. Esse modelo já foi usado em 2014 na elaboração do atual Plano Diretor e se mostrou eficaz. Foram mais de 10 mil contribuições recolhidas por toda a sociedade, das quais 44% foram de forma digital, e estamos falando de sete anos atrás.

Estamos prevendo reuniões presenciais. Vamos organizar a visita em cada uma das 31 Subprefeituras, para permitir que aqueles que tenham dificuldade de acesso à internet possam contribuir por meio da plataforma digital. Por fim, teremos ainda as audiências públicas.

O cronograma completo de toda a revisão até o fim do ano foi divulgado por nós na semana passada e pode ser acompanhado por toda a cidade na plataforma digital http://plandiretorsp.prefeitura.sp.gov.br/

Estamos disponibilizando ferramentas para garantir a participação de todos. A Câmara Municipal tem um papel fundamental nessa discussão. Em dezembro, vamos entregar a proposta legislativa, para que a sociedade tenha uma nova oportunidade de aprimorar o texto final. Estamos convencidos de que é possível fazer.

A Cidade merece que esse assunto seja tratado de forma mais transparente possível, e que seja fundamentado em diagnóstico técnico; politizar essa revisão não interessa a esta cidade, não interessa aos mais vulneráveis. O debate que a Prefeitura fará com a sociedade será orientado com diagnóstico técnico. Vamos apresentar à Cidade um relatório feito pelos técnicos da Prefeitura, com os resultados obtidos pelo monitoramento do plano diretor dos últimos sete anos. Vamos entender o que deu certo no PDE e o que precisa ser aperfeiçoado.

Tenho dito que a revisão vá funcionar como uma espécie de acupuntura no plano diretor: vamos identificar pontos que mereçam ganhar mais efetividade e propor mudanças. Ninguém pretende fazer uma cirurgia no PDE, abri-lo e desfigurá-lo.

Dois episódios vão marcar essa revisão. O primeiro deles é que comemoramos este ano o cinquentenário do Plano Diretor de São Paulo. Nesse período, há 50 anos, a cidade nunca teve a oportunidade de rever o seu plano. Sempre novos planos foram elaborados do zero para dar lugar a um novo. Sabemos que o desenvolvimento urbano requer políticas públicas de longo prazo para serem efetivas. É isso que estamos propondo: melhorar o atual plano, para que alcance os seus maiores objetivos até 2029. O Plano Diretor é da cidade de São Paulo. O segundo episódio que queremos destacar é a pandemia: nenhuma cidade no mundo vai sair igual depois dessa tragédia, e com São Paulo não será diferente. Repensar a cidade será uma tarefa inadiável de todos os gestores públicos.

Quero mostrar um dado dramático. Muito se falou que um dos efeitos da pandemia é diminuir a expectativa de vida das pessoas. Em São Paulo, é esperado que a expectativa de vida diminua em nove anos, por causa da pandemia, é evidente. Mas posso garantir a todos que a desigualdade social na nossa cidade tem sido ainda mais cruel com quem vive na periferia; as pessoas que moram na periferia da cidade vivem até 11 anos a menos do que quem mora nos bairros mais estruturados. É mais cruel viver na periferia de São Paulo do que a pandemia tem sido. Isso precisa ser enfrentado. E precisamos ter isso em mente ao pensar no planejamento da cidade.

A pandemia não acabou, é evidente, mas alguns sinais que ela deixará para a cidade nós já podemos identificar: o esvaziamento dos imóveis comerciais é um deles. O levantamento que a Prefeitura fez mostra que mais de 20 hotéis já fecharam definitivamente as suas portas na cidade. O que podemos fazer com esses imóveis, e com outros tantos imóveis que fecharão também? Podemos rever o uso desses espaços comerciais e aproveitá-los para moradia? Essa discussão já começou a ser feita em algumas cidades do mundo afora - Lisboa é um bom exemplo. São Paulo não pode ficar para trás.

A pandemia está fazendo as pessoas valorizarem mais as áreas ao ar livre. É um comportamento que veio para ficar. Haverá seguramente um aumento da demanda por áreas verdes e espaços públicos de convivência mais qualificados. Será que essa revisão não tem que contribuir para essa discussão? Isso sem falar no impacto da pandemia sobre o deslocamento das pessoas.

Vamos falar de mobilidade urbana agora. Com o *home office*, como ficará a demanda pelo transporte público? Como será a demanda por deslocamentos alternativos, com a bicicleta ou até mesmo a pé? Temos que refletir sobre isso na revisão para poder viabilizar as mudanças que forem possíveis agora, para que o planejamento da cidade acompanhe as transformações que virão de um novo jeito de viver pós-pandemia.

O desestímulo ao uso de carros é uma das diretrizes do Prefeito Bruno Covas. Um quarto de toda a rede de ciclovias da cidade foi feita pela nossa gestão nos últimos dois anos. Temos um programa de reforma e ampliação de calçadas que já requalificou 1,5 milhão de quilômetros quadrados de calçadas. Para dar mais segurança aos deslocamentos e melhorar ainda mais a qualidade de vida nos bairros, 45% de toda a iluminação pública municipal já foi modernizada.

Nesses locais, na sua grande maioria, na periferia, as lâmpadas amareladas que pouco iluminavam foram trocadas por lâmpadas de *led*, mais claras e mais econômicas. Isso é planejar a cidade pensando nas pessoas.

Então, em questões mais técnicas, vou citar os projetos de intervenções urbanas, os eixos de transformação de estruturação urbana, a cota de solidariedade. Todos esses instrumentos urbanísticos foram conquistados pela cidade por meio do Plano Diretor e que agora merecem uma avaliação criteriosa sobre os seus resultados, até esse momento.

Nenhum PIU foi implementado em sete anos. Existe uma questão de judicialização que precisa ser enfrentada, para que sejam efetivados e que a cidade consiga, enfim, se beneficiar das melhorias urbanísticas planejadas por esses planos. Adiar esse debate parece condenar a cidade a andar mais alguns anos sem esses planos. Antes da chegada da revisão do Plano Diretor à Câmara, a gestão do Prefeito Bruno Covas entendia que havia outras pautas urbanísticas do Legislativo, que mereciam deliberação.

Para o Executivo é prioridade a votação do PIU Leopoldina, Operação Urbana Tamanduatei. Consideramos que eles estão maduros, do ponto de vista de discussão, e são estratégicos para a requalificação dessas duas regiões. Gostaríamos que fossem aprovados ainda nesse primeiro semestre. O mesmo esperamos para o projeto de revisão da Operação Urbana Água Branca.

No segundo semestre, acreditamos que os PIUs Setor Central e Operação Arco Jurubatuba podem estar na pauta de deliberação do Legislativo. O PIU Arco Tietê merece ser rediscutido para que cheguemos a um consenso sobre qual o melhor texto final para ir à votação dessa Casa. Os eixos de transformação de estruturação urbana têm registrado avanços no sentido do adensamento habitacional, principalmente o de unidades de Habitação de Interesse Social.

De todas as unidades aprovadas de HIS e de HMP na cidade, entre 2014 e 2020, 50% estão nos eixos, ou seja, perto da rede de transporte público de massa, que é uma das principais diretrizes do Plano Diretor.

É importante destacar que a gestão do Prefeito Bruno Covas bateu recordes de licenciamento de unidades de Habitação de Interesse Social, em 2020, mesmo durante a pandemia. Nunca se aprovou tantas moradias populares em um só ano. Foram 80.128 unidades de HIS e HMP aprovadas na cidade de São Paulo.

Aliás, quero adiantar que não vamos mexer, em hipótese alguma, na redução de ZEIS na cidade de São Paulo. Elas são uma conquista do Plano Diretor. Mas, existem pontos em relação aos eixos que precisam ser avaliados nessa revisão.

Será que diante da pandemia é de interesse da sociedade manter o crescimento que temos visto nos últimos anos de construção de micro apartamentos, aqueles apartamentos de estúdios, de até 35 metros quadrados nos eixos? Houve um aumento de 500% na aprovação dessas unidades nos últimos anos.

Como estimular a construção de apartamentos maiores, para que consigamos adensar habitacionalmente ainda mais essas áreas bem dotadas de infraestrutura? As condições de habitar unidades tão pequenas é uma das discussões que a pandemia impõe nesse momento à cidade.

A cota de solidariedade, outro instrumento importantíssimo do PDE, será que não teria resultados mais usados, não mereceria resultados mais usados? Por que não avançou como se esperava? Cota de solidariedade é outra ferramenta essencial para a produção de moradia popular na cidade.

Por tudo isso, a revisão é uma oportunidade para aperfeiçoarmos todos esses instrumentos, além de melhorar a qualidade de vida das pessoas nas nossas periferias, trazendo moradia digna e emprego.

Além disso, a requalificação do Centro é outra pauta urgente que a pandemia cobra medida de todos nós. O que fazer para que os imóveis não residenciais desocupados sejam destinados a outros usos? Como viabilizar moradia no Centro? O *retrofit* é hoje uma realidade que precisa ser aplicada. Os cálculos precisam definitivamente ser qualificados e devolvidos aos paulistanos como espaços urbanos adequados de convivência.

Enfim, todos os desafios são enormes e numerosos. Enfrentar todos eles deve ser esforço de toda sociedade; avançar para reduzir, a cada ano, a distância entre a cidade formal e a cidade informal; tem de ser objetivo coletivo. Melhorar a qualidade de vida das pessoas é uma busca diária de toda equipe do Prefeito Bruno Covas. A Secretaria de Urbanismo e Licenciamento tem pautado a sua atuação por esse bem maior.

Presidente, eu agradeço a oportunidade de poder expor algumas palavras e fico à disposição.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Neste momento, vou passar para o Vereador Paulo Frange, Presidente da Comissão de Política Urbana, que tem até 10 minutos para fazer uso da palavra.

**O SR. PAULO FRANGE (PTB)** - Obrigado, Presidente. Quero saudar...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Vereador Paulo Frange, está havendo problema de comunicação. Não é possível entender a sua fala. Vamos tentar melhorar um pouquinho; senão, peço ao Vereador Fábio Riva que faça uso da palavra até V.Exa. ajustar o som com o pessoal da assessoria técnica, do painel, para melhorarmos o áudio para os Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras. (Pausa) Vereador Paulo, não estamos ouvindo.

**O SR. PAULO FRANGE (PTB)** - Não estão ouvindo? Melhorou agora, Presidente?

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Se cortar novamente, está acontecendo uma espécie de *delay*, está havendo uma dificuldade na comunicação. Tente mais um minuto, se não for possível, passo para o Vereador Fábio Riva e, em seguida, V.Exa. retoma.

**O SR. PAULO FRANGE (PTB)** - Vamos tentar então. Sr. Presidente, gostaria de saudá-lo, cumprimentar o Secretário César, que tem feito um trabalho...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Realmente está ruim, Vereador Paulo Frange.

**O SR. FABIO RIVA (PSDB)** - Presidente, avise o Vereador Paulo Frange, se estiver na Casa, para tirar o *wi-fi* e deixar o 3G do celular. Acho que pode contribuir.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Vereador Paulo Frange, vou passar a palavra ao Vereador Fábio Riva por 10 minutos; em seguida, V.Exa. retoma para que tenha um melhor posicionamento.

Tem a palavra o nobre Vereador Fábio Riva.

**O SR. FABIO RIVA (PSDB)** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, quero saudar o Secretário César, que tem feito um trabalho extraordinário à frente da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Um amigo desta Casa do ponto de vista de entender, de compreender, de ouvir os diversos Vereadores.

Vou ser muito breve, até em respeito aos Colegas. César, eu me senti contempladíssimo com a sua fala, principalmente na questão dos procedimentos, quando falamos da revisão do Plano com a participação popular, com um amplo debate de forma democrática e transparente. Pelo momento e pela nova forma de debate - e isso veio para ficar -, conseguimos fazer esse tipo de reunião, de audiência pública virtual, mas com um aparato de toda forma. E através das sugestões da sociedade pelo *site* e por *e-mail*, de uma forma ou de outra, conseguimos compilar todas essas propostas dessa revisão.

Estou convencido e tenho certeza absoluta, Sras. e Srs. Vereadores, de que precisamos aprimorar alguma forma de debate por meio desse canal virtual. Mas avançamos bastante e acredito que esse debate que vamos ter em oito meses, um período que não é curto, como V.Exa. acabou de externar, de recebimento de propostas, de visitas, de audiências; o que mostra essa forma transparente e democrática.

Já vou para o encerramento da minha fala e quero ressaltar a questão das ZEIS, Zonas Especiais de Interesse Social. Foi um

avanço a demarcação de diversas áreas como ZEIS; que precisamos, sim, permanecer, como V.Exa. já disse. E então, poderemos ampliar essas Zonas Especiais de Interesse Social.

Moradia na periferia, novas moradias, empreendimentos, investimentos é o que buscamos para diminuir essas desigualdades. Levamos emprego e moradia para próximo da periferia, uma cidade mais organizada. O exemplo já foi dado, Secretário, quando V.Exa. fez a primeira menção à Lei de Regularização de Imóveis, aprovada de forma unânime nesta Casa e que já dá esses frutos.

Os Vereadores e Vereadoras desta Legislação vão ter mais uma vez a responsabilidade de juntos construirmos uma revisão que venha a atender, principalmente as pessoas que mais precisam da nossa cidade. Esse olhar humano e fraterno, é o coração das pessoas batendo nos nossos corações, é o desejo do cidadão paulistano que clama por moradia, por melhoria no transporte, por melhoria na saúde.

Acredito que com investimento em habitação, principalmente de interesse social, nós diminuímos essas desigualdades e, com certeza, vamos mostrar para a cidade e para o país que a nossa cidade de São Paulo, a Câmara Municipal e a Prefeitura fazem um trabalho de estado, não de partido político. Por isso eu tenho certeza, Secretário, de que esta Câmara vai se debulhar, independentemente das nossas divergências partidárias e ideológicas. Em primeiro lugar está o cidadão da nossa cidade, está a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas; por isso, eu fico muito esperançoso de que, ao longo deste ano, vamos ter um debate enriquecedor, mas quem vai ganhar é a cidade, são as pessoas.

Muito obrigado, Sr. Secretário, e parabéns pelo trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Antes de passar ao Vereador Paulo Frange, que excepcionalmente se deslocou até o plenário, porque na sua sala há um problema de comunicação, só para contribuir com o debate, Vereador Fábio Riva, a questão das ZEIS é um assunto muito importante, mas não quer dizer que as ZEIS que há hoje sejam imexíveis. O que não podemos é diminuir o número de ZEIS; podemos ampliá-las. Uma ou outra pode ser substituída, na mesma região pode ter outra ou até mais, tira uma e assentam duas. A cidade é isso, está em movimento, está em discussão. Pode ser melhor retirar uma ZEIS e construir duas ou outras em locais próximos. É importante essa discussão. Nada está fechado, estará aberto ao debate e isso é importante.

Vereador Paulo Frange, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FABIO RIVA (PSDB)** - Presidente, se me permite, veja como é enriquecedor o debate. V.Exa. tem um ponto de vista, eu tenho outro; é essa construção que a Câmara vai fazer ao longo desses meses de debate.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - É como eu disse, Vereador. Pode ser que alguma ZEIS não esteja em local adequado. Nós não acertamos em 100% no Plano Diretor anterior, que está vigente. É possível fazer ajustes e aperfeiçoamentos não são nas ZEIS, mas em todas as matérias. Ajustes são necessários e agora é o momento, senão não é revisão.

Os Vereadores ficam tímidos, falam: "Posso apresentar?". Sim, pode sugerir, nós vamos debater.

Todas as questões podem ser debatidas no Plano. Não que elas sejam engessadas, têm de ser sustentáveis. É diferente serem engessadas e não sustentáveis. Nós devemos baixar o número de ZEIS, nem extinguir, podemos aumentar e modificar.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange, excepcionalmente no plenário.

**O SR. PAULO FRANGE (PTB)** - Sr. Presidente, muito obrigado. Quero saudar o Secretário Cesar Azevedo pelo trabalho que tem feito e pelo desafio que tem pela frente, com certeza, junto com todos nós.

O Plano Diretor Estratégico é a mais importante ferramenta que temos de desenvolvimento econômico e de transformação da cidade. Não há dúvida nenhuma que se fortaleceu demais na Constituição de 1988. Na década de 1970, São Paulo era uma das únicas metrópoles do mundo que não tinha Plano Diretor. Só em 1971, nós tivemos o nosso primeiro Plano Diretor aprovado sobre a égide da ditadura, na qual o projeto chegava, era homologado na Casa, voltava exatamente como chegou. Não pegou. Em 1988, o Prefeito Jânio Quadros fez a mesma coisa. Aprovado por decurso de prazo, sem debate. Pela primeira vez, em 2002, o projeto foi tratado como projeto de participação popular. O nosso primeiro Plano Diretor, com participação popular, na verdade, foi o de 2002. Em 2014, outra vez o Plano Diretor tratado dentro desse horizonte de 10 anos, com um pouco de atraso porque ficou parado, não foi possível aprová-lo na Gestão do Prefeito Kassab. Em 2014, foi aprovado aqui. Essa ferramenta passa agora por uma revisão, 50 anos depois do nosso primeiro.

Antes de 1970, a cidade era ocupada por projetos de loteamento das construtoras. Na década de 30 só tinha a Cia. City. A cidade se desenvolveu, hoje nós precisamos de adensamento, qualidade de vida, proteger o verde, Habitação de Interesse Social, tantas coisas mais.

É importante que nessa revisão não trataremos de outro plano. Nós trataremos de calibragem, de ajuste; tornar autoaplicável uma série de ferramentas importantes que foram construídas no Plano Diretor de 2014, mas que hoje, na hora de aplicar, o arquiteto, as empresas, têm dificuldade na aplicabilidade e a própria Secretária na interpretação. Nós não poderemos deixar nada para interpretação. Temos de deixar a legislação mais clara e mais aplicável. Nós aprendemos, de 2014 para cá, que é possível fazer isso. Este é o momento.

Nós não vamos inventar nada no Plano, vamos, com certeza, calibrar, para que possamos, depois, apontar para eventual revisão de algumas situações ainda injustas na Lei de Zoneamento, no momento seguinte.

Quando ouvi o Secretário Cesar falar das operações urbanas, que nos traz muita preocupação, quantos desses processos que envolvem os PIUs e as próprias operações estão judicializados.

Muitas dessas judicializações terão seus problemas não resolvidos na Justiça, mas resolvidos com a revisão da Lei de Zoneamento, que perderá então objeto nessa discussão judiciária, que não termina nunca. Muitas vezes vai terminar no STJ, quando não em outro segmento.

Nós temos de resolver agora tudo aquilo que é imbróglío, tudo o que está na Justiça, vamos resolver todos os problemas da área técnica. O chamamento que o Secretário fez agora, que foi publicado neste final de semana, é bastante inteligente, chamando as organizações da sociedade para participarem desse debate técnico.

A Secretaria vai discutir tecnicamente o Plano Diretor, chamando os conselhos de classe para discutir tecnicamente em audiências públicas. Na Câmara, vamos receber todo esse trabalho bem-feito tecnicamente - Deus permita que assim o seja, mas vamos fazer uma calibragem também política, que é o nosso papel.

Secretário Cesar Azevedo, esse projeto não vai chegar aqui e sair exatamente como chegou. Ele passará por transformações. Nós temos uma história nesta Casa que Parlamento de São Paulo não recebe projeto, homologa e manda de volta da forma como chegou. Nós transformamos, sim, porque são 55 Vereadores. Cada um tem suas assessorias, suas histórias e, mais ainda, as ideias que muitas vezes são importantíssimas, principalmente, em um momento como este, tão crítico. Estamos vivendo uma transformação da sociedade como um todo. O mundo todo se transforma agora para, não sei quando, voltar ao normal.

Foi muito bem colocado: E, agora, os apartamentos de 35 metros? Como se faz *home office*? Como se vive? Como se socializa? Nós temos de deixar de lado aquela história de que verticalização é algo ruim. O adensamento populacional traz consigo muitas pessoas; portanto, muita movimentação, há mais sociabilidade, mais luz acesa, mais segurança. É assim no mundo inteiro. Nos lugares com mais adensamento, a criminalidade é menor. Nos lugares mais distantes, a criminalidade é muito maior. É a chamada "janela nas ruas", que os portugueses tanto gostam de dizer.

Precisamos de quadras menores, em que se possa ver de um ponto a outro, e fachadas ativas - que colocamos na legislação anterior - que permitem luz à noite em lojas, em atividades comerciais. Assim, poderemos ter mais segurança, utilizando esse instrumento não só para desenvolvimento econômico, pois é também um instrumento de segurança urbana, inclusive, de promoção de saúde. Se trouxermos os trabalhadores para mais próximo do trabalho - essa frase é repetida milhares de vezes por ano -, com certeza, vamos melhorar a qualidade de suas vidas.

Hoje, à luz da pandemia, com certeza absoluta já estão próximos do trabalho. Eles estão dentro de casa e, se os apartamentos não forem transformados, vamos ter problema na ocupação desses espaços para a atividade familiar e para a atividade de trabalho. Como fica a sociabilidade? Como fica a família? Como fica o trabalho presencial? Há uma mudança: Trabalhador morar perto do trabalho? Agora, não! Se ele tem atividade muito mais remota do que propriamente presencial, ele pode, eventualmente, ir até mais longe. Ele pode escolher onde morar e não exatamente perto do trabalho. Se o trabalho não estivesse lá, ele teria de se mudar.

Quanto às operações urbanas, o Vereador Milton Leite tem insistido nisso: nós temos, sim, de transformar a cidade de acordo com cada um desses espaços. A Operação Urbana Água Branca não tem nada parecido com a Operação Urbana do Tamanduatei. A transformação de Jurubatuba, na região da zona Sul, vai mudar todo aquele mesmo território da zona Sul em outra cidade, como sempre foi. Aliás, Santo Amaro já foi e já tentou se destacar da cidade de São Paulo, mas, com a Operação Jurubatuba, com certeza, vamos ter transformações muito grandes.

Da mesma forma, a nossa querida zona Norte, com 2,2 milhões de habitantes, é tratada na forma de trazer toda a operação urbana para o território da zona Norte. Ficou difícil e, hoje, percebemos que é quase impossível; mas não é possível, Vereador Milton Leite, fatiá-la. Não é possível fazer uma operação urbana em que se possam tratar regionalmente algumas coisas, temos áreas muito separadas: Polo de Desenvolvimento Econômico Noroeste, ao longo da Anhanguera; Polo de Desenvolvimento Norte, ao longo da Fernão Dias, que já está estudado e trabalhado por esta Casa e que podemos incluir, agora; eventualmente, aquilo que está ao longo do metrô que vai até a Brasília e aquilo que vai até Santana, dois eixos no meio de duas operações urbanas; e, no meio, Casa Verde, Cachoeirinha, Freguesia e um bom pedaço até a Serra da Cantareira. Naturalmente, há três espaços.

Nós podemos devagar fazer cada um desses movimentos e transformar os PIUs em algo que seja rápido, sem a presença do Judiciário, deixando bem claro o que precisa ou não de EIA/RIMA; o que pode e o que não pode ser fato real no PIU. É isto: menos Judiciário, menos dificuldade, mais qualidade de vida para o paulistano e, com certeza, mais desenvolvimento econômico e recursos para dentro do caixa da cidade de São Paulo, para poder fazer frente a todas as despesas.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Neste momento, passo a palavra aos Srs. Membros da Comissão de Política Urbana. São seis inscritos, contando com o nobre Vereador Paulo Frange, que já falou.

Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Donato. Vou estabelecer um tempo de, no máximo, três minutos, para formulação das perguntas ao Sr. Secretário.

**O SR. ANTONIO DONATO (PT)** - Sr. Presidente, só alertando, acredito que precisa de um pouco mais, porque o tema é complexo. A Oposição precisa se manifestar, mas vou tentar ser o mais sucinto possível.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Já imaginou se todos os Vereadores falarem três, cinco minutos, só vou embora amanhã.

**O SR. ANTONIO DONATO (PT)** - V.Exa. disse que não tinha pressa, eu também não tenho. Fico aqui até a noite. Não tem problema nenhum.

**A SRA. JULIANA CARDOSO (PT)** - Sr. Presidente e nobre Vereador Donato, na verdade, gostaria de colocar uma proposta: os que são membros da Comissão, teriam um tempo maior, porque já estão estudando sobre isso, já têm articulação. Então, eu daria para os membros da Comissão um tempo maior e para os Vereadores que quiserem participar do debate um tempo de três a cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Vamos tentar três minutos, se for possível, vamos contemporeizando.

Vou ler a lista de inscrição, são sete Vereadores: Sandra Tadeu, João Jorge, Faria de Sá, Janaína Lima, Toninho Vespoli, assim por diante.

Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Donato.

**O SR. ANTONIO DONATO (PT)** - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Secretário, agradeço sua presença. Eu o conheci como Secretário de Licenciamento. Hoje, V.Exa. assume, além de Licenciamento, Desenvolvimento Urbano, para minha surpresa, a própria Ilume, com um contrato bilionário, de sete bilhões de reais da PPP da iluminação pública, é muita responsabilidade. Aliás, V.Exa. citou a PPP da iluminação pública, gostaria que desse uma olhada no cronograma, que parece estar um pouco atrasado em relação ao contrato.

Vamos ao tema do Plano Diretor. O Secretário, como primeira medida, adotou um comitê de gestão com o objetivo de assessorá-lo em questões relativas ao Plano Diretor e intervenções urbanas no município. E começa nossa primeira preocupação, porque V.Exa. está sendo assessorado, basicamente, por pessoas no mercado, ligados ao Secovi, Abrainc.

Existem outros setores na cidade que contribuem muito nesse debate. Posso citar o IAB, o Instituto Polis, as universidades, a FAU, o Mackenzie, que tem uma contribuição a dar. Entendo que o comitê é algo de aconselhamento. Não tenho por que não confiar na palavra de V.Exa., que não quer desfigurar o Plano Diretor, mas o Secovi quer, e vou falar disso mais para frente. Então, me preocupa essa questão.

A revisão do PDE é uma obrigação legal, a Prefeitura deve apresentar uma proposta de revisão esse ano. A Câmara não é obrigada votar esse ano, mas é obrigada a Prefeitura apresentar. É o que está escrito na Lei, mas é evidente que temos de entender a situação emergencial que estamos vivendo.

A pandemia restringe a nossa condição de reunião, de contribuição. Viemos pela Câmara e reclamamos que perdemos a condição de fazer todo nosso trabalho, como fazíamos no plenário da Câmara, perdemos essa condição.

Eu gostaria que V.Exa. pudesse dialogar com centenas de entidades que apresentaram para V.Exa. uma demanda para discutir o adiamento do início desse debate. Estamos no auge da pandemia, 300 mortos por dia na cidade de São Paulo, na última semana. Então, apontamos um debate sem ter ainda um horizonte de saída da pandemia, acho muito preocupante. Já que a preocupação é não judicializar, o caminho de não diálogo, com essas entidades que propõem, vai levar à judicialização e

vamos começar mal. Eu já vi essa história, em 2012, quando a gestão Kassab tentou também fazer um processo de discussão, revisão do Plano Diretor, que foi barrada na Justiça. Então, eu prefiro que conversemos mais e percamos menos tempo com a Justiça, porque a jurisprudência já consagrou que qualquer revisão no Plano Diretor, que é uma lei estruturante da cidade, deve ter pelo menos o mesmo nível de participação da confecção desse Plano. Em 2014, foi um processo amplo de participação. V.Exa. listou as contribuições virtuais, e ninguém vai desprezá-las, mas sabemos que a qualidade da contribuição presencial é muito diferente. V.Exa. também falou que a pandemia vai impor uma nova cidade. Vai impor no mundo todo, agora, não temos clareza do que será essa nova cidade. O *home-office* vai se estabelecer? Os investimentos em prédios comerciais com grandes lajes de escritórios, que hoje estão mais vazios, vão continuar vazios? Não vão? A demanda será para um trabalho híbrido, com pouca utilização de espaço urbano e mais da casa das pessoas? Nós não sabemos.

O Plano Diretor aponta bem a necessidade de 160 novos parques na cidade. E o Plano de Metas que está sendo discutido nesse momento aponta oito parques em quatro anos. Então, há uma contradição nesse discurso. Mas eu gostaria de discutir algumas questões de mérito e para isso deveríamos ter a primeira coisa, que é a avaliação do Plano Diretor, o que funcionou e o que não. Eu sei que está no calendário que V.Exa. colocou aqui, mas ele se estende, se não me engano, até agosto essa fase de diagnóstico e, ao mesmo tempo, devemos ter um processo de participação.

Eu acho que deveríamos ter um diagnóstico primeiro do que funcionou e do que não funcionou, quais os objetivos colocados e isso regionalizado, porque a cidade é diversa, há coisas que funcionam numa região e em outras não; enfim, deveríamos ter esse diagnóstico regionalizado e, a partir daí, iniciar um processo de debate, a partir dos objetivos do Plano Diretor. Precisa ser feita uma revisão e não um novo Plano Diretor. Então, os princípios não podem ser alterados. Os princípios estão sendo alcançados ou não? Por que não? E discutiremos em cima disso.

Como ainda não existiu nenhum debate de conteúdo, eu gostaria de colocar o que vejo pelos jornais: o Secovi coloca três questões de conteúdo; e eu gostaria de saber a opinião do Secretário. O Secovi fala em diminuição da outorga onerosa, e isso implica na diminuição do Fundurb, implica na diminuição de construção de moradia e investimentos em mobilidade urbana e urbanização. Fala em verticalizar miolo de bairros e isso significa alterar a dinâmica de vários bairros com espigões, que vão adensar toda a capacidade de área, de infraestrutura daquele bairro. E fala na necessidade de ter mais de uma vaga de garagem nos imóveis, na zona de estruturação urbana, nos corredores. Isso vai contra a lógica do Plano Diretor que é: quem precisa de transporte público, deve ficar perto do transporte público. Essa é a dinâmica desejada e desenhada pelo Plano Diretor. Então, essas três propostas são muito preocupantes para nós. Gostaria que V.Exa. pudesse falar para nós um pouco da sua impressão sobre elas.

Por último, só para encerrar, o discurso que se ouve na Câmara e em outros lugares é que precisamos reativar a economia paulistana e destravar o Plano Diretor. Ainda que eu não saiba bem o que seja destravar o Plano Diretor, se é liberar geral, o que contribuiria para o reaquecimento da construção civil. A construção civil está aquecida. O Fundurb, em janeiro de 2017, tinha 72 milhões; em fevereiro de 2021 tem 1,175 bilhão. 1,1 bilhão a mais, porque teve uma explosão dos empreendimentos imobiliários nesse período. Para se ter uma ideia, a média de imóveis comercializados em 2014, ano do Plano Diretor, foi de 21.600 imóveis. Em 2020, 51,4 mil imóveis comercializados; mais do que o dobro. Então, a construção civil está ativa, o mercado está ativo, ele não tem nenhuma barreira; mas é da lógica do negócio, do mercado querer ganhar mais, não só no Plano Diretor como na própria Operação Urbana Água Branca. O principal debate é a diminuição da outorga, do valor do Cepac.

Eu queria deixar registradas essas questões e apelar que estabelecamos o diálogo com essas centenas de entidades preocupadas com o debate do Plano Diretor. Que possamos encontrar um calendário acordado entre o Executivo e a sociedade civil para que tenhamos o melhor processo possível.

Era isso, Sr. Secretário. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra a nobre Vereadora Sílvia da Bancada Feminista. Srs. Vereadores, vamos tentar cumprir os três minutos, por favor, para garantir a participação dos demais Vereadores.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL)** - Boa tarde, Presidente Milton Leite; boa tarde a todos os Srs. Vereadores. Quero também agradecer a presença do Secretário César. Acho que é muito importante que todos os Secretários venham à Câmara Municipal tanto para esclarecer as dúvidas - que não são só dos Vereadores, mas também da população que assiste a esta sessão - e prestar contas.

Gostaria de colocar algumas questões. A primeira é em relação ao Comitê de Gestão que foi criado para acompanhar a revisão do Plano Diretor. Eu gostaria de saber quais critérios foram utilizados para a composição desse Comitê? Pelo critério adotado, percebemos que no Comitê só está representando o setor imobiliário.

A segunda questão é sobre o edital de chamamento das entidades. Qual seria o motivo de fazer o cadastramento para participação estrita, considerando que os princípios que orientam a elaboração do diagnóstico e proposições para o Plano Diretor são de participação ampla, democrática e popular, com transparência integral?

Uma terceira questão. O que o Secretário César e a Prefeitura declaram sobre a participação durante o processo de revisão, sobre a garantia de que isso realmente será democrático na modalidade mista, ou seja, presencial e virtual? Quais as garantias que temos disso considerando a imprevisibilidade na situação calamitosa da pandemia que assola a nossa cidade? Como vamos ter garantia de que haverá participação presencial em audiências, reuniões e oficinas considerando que nós não podemos ter uma revisão do Plano Diretor, em 2021, com menos participação popular do que houve para formar esse Plano Diretor em 2014? Corremos o risco de ter uma revisão com menos participação popular do que tivemos na formulação do Plano; ou seja, essa revisão não terá legitimidade se tiver menos participação popular do que houve em 2014; e, com a pandemia, vemos que isso fica extremamente prejudicado.

Mais uma questão em relação a essa participação democrática da população. Considerando a dificuldade de acesso da maior parte da população de baixa renda, que inclusive é a principal interessada em habitação popular, em condições de transporte e mobilidade, e considerando que essa população de baixa renda vive nos bairros, onde é mais necessário investimento público a ser previsto pelo Plano Diretor, se essa população não tem acesso aos meios digitais, como considerar efetivamente democrática a participação em audiências virtuais? Encerro fazendo um apelo. Nós, da Bancada Feminista, achamos que revisar o Plano Diretor nas condições que temos hoje implica menos participação da população, que menos precisa dessa participação para ter qualquer tipo de revisão. Achamos que é preciso adiar, suspender esse processo de revisão e só retomá-lo quando efetivamente for garantida a participação da população dos bairros, que mais está interessada em habitação popular, em ter transporte em condições dignas para se locomover na cidade de São Paulo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB)** - Sr. Presidente e Srs. Vereadores, quero cumprimentar o Sr. César, nosso Secretário. Digo que V.Exa. novamente compareça a esta Casa e vem atuando também de uma forma brilhante na Secretaria de Licenciamento, e agora também na Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Eu acredito que o seu trabalho e a sua coragem vêm destravar essa questão e esses problemas que há hoje no Plano Diretor. Isso é de fundamental importância, principalmente nesse momento atual.

Estamos vendo que todas as instituições estão funcionando normalmente. Vemos a Justiça, todo o Executivo, a nível federal, estadual e municipal. Todas as prefeituras estão funcionando normalmente, nós estamos trabalhando. Portanto, eu não vejo o porquê de não se debater essa questão. O Sr. Secretário mostrou um dado bastante interessante, que no Plano Diretor em vigor mais de 10 mil contribuições foram apresentadas, sendo que mais de 4.500 eletronicamente, quase a metade das sugestões apresentadas.

Eu acredito agora, até com a ampla divulgação, algo que se tornou normal no dia a dia nosso, debatermos virtualmente torna-se muito mais ágil. É muito difícil as pessoas saírem das casas para debater e discutir, depende do horário. Por meio do oferecimento desses ATPs, como hoje debatemos, torna-se uma coisa muito mais tranquila.

Então, acredito que é fundamental que possamos discutir. Nós sabemos também que o Plano Diretor não vai resolver todos os problemas da cidade, mas os debates e as melhorias começam exatamente por ele. Acho que, por meio desse planejamento, desse processo político, é que vamos fazer esses ajustes tão importantes nesses instrumentos e dar efetividade ao que já existe, melhorando as ferramentas para o desenvolvimento urbano. Tanto que é verdade que temos essa questão dos PIUs e tantas outras questões, como as dos ZEIS.

Acredito que temos muitas coisas a avançar e aprimorar. Não podemos ficar aguardando a pandemia. Nós precisamos avançar com a maior rapidez, mesmo porque já precisamos discutir, parar com esse marasmo e começar a ter as propostas extremamente importantes para o futuro e o planejamento da nossa cidade, como, por exemplo, essa questão da redução de distâncias entre emprego e moradia. Moradia é fundamental nessa área central. É muito importante que possamos discutir essa região central. Quem sabe até haja uma proposta de retomar aquela questão do pró-centro na nossa cidade. É importante que possamos discutir e rediscutir as alterações e o impulso à melhoria não só de trazer moradias, mas trazer também mais empregos para a região metropolitana, que foi, até há pouco tempo, a que mais o estado investiu e onde temos mais infraestrutura em toda a nossa cidade.

É importante que, dentro dessas questões, possamos e precisamos efetivamente discutir essa questão do meio ambiente. É tão cara para todos nós essa questão da mobilidade urbana, é um reflexo muito importante. Como o Sr. Secretário já havia mencionado, em dias de situações normais, dois milhões de pessoas se deslocam da cidade para o trabalho e vice-versa. Então, é um número astronômico e precisamos buscar um processo para encurtar a nossa cidade.

Nós sabemos, como o próprio Secretário mencionou, que muitos paulistanos vivem em lugares distantes, perdem cerca de 11 anos de vida se deslocando, até pelas distâncias e pelas dificuldades. Portanto, precisamos, efetivamente, trabalhar um processo de uma cidade compacta, mas também buscar condição e instrumentos suficientes para oferecer uma moradia mais digna.

Apesar de não ser competência da Prefeitura, é muito importante que comecemos a discutir a questão dos esgotos que correm dentro dos córregos da nossa cidade. Hoje existem processos muito mais avançados, com essas pequenas estações de tratamento de esgoto, que, sem dúvida nenhuma, irão melhorar muito a qualidade de vida de todos nós. Precisamos discutir essa questão de drenagem. Há pouco tempo, na região do Ipiranga, houve aquela inundação histórica que veio desde o ABC até a região quase central de São Paulo, varrendo e criando problemas extremamente sérios não só para os moradores, mas para as empresas.

Portanto, é de fundamental importância que discutamos essas questões no Plano Diretor. Eu tenho mais questões para abordar, mas, finalizando, seria também importante discutirmos a simplificação de linguagem, pois quem lê hoje o Plano Diretor encontra uma dificuldade muito grande, até mesmo os arquitetos, na sua compreensão. Se fosse possível, seria bastante interessante que pudessemos simplificar, oferecendo acesso e compreensão a todos paulistanos.

Era essa a minha fala. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra o nobre Vereador Xexéu Tripoli.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB)** - Sr. Presidente, quero deixar uma colaboração ao Secretário e à fala dos Srs. Vereadores. Nós somos 55 Vereadores e representamos 100% dos eleitores da cidade de São Paulo. Nós não podemos esperar a pandemia passar para vermos o que vamos fazer. Eu acredito piamente que a internet veio para que mais pessoas colaborem, mais do que pessoalmente. Nós, da Câmara, sabemos que na audiência pública, o Vereador coloca uma claque no Parlamento para que faça uma pressão. Mas, com a internet, nós podemos ouvir milhares de pessoas que não podem pegar um ônibus para vir até aqui.

Por isso, é muito importante deixar registrado.

Muito obrigado

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra a nobre Vereadora Ely Teruel.

**A SRA. ELY TERUEL (PODE)** - Muito obrigada, Presidente. Boa tarde, Secretário Cesar. É um prazer recebê-lo nesta tarde diante de tantas dúvidas e sugestões em relação ao Plano Diretor. Uma questão que eu gostaria de pontuar é a desigualdade, e um dos fatores mais preocupantes é a cidade merecer esse Plano Diretor revisado de uma forma muito especial, ouvindo os municípios, a população. Eu fico muito feliz de ouvir de V.Exa. que a população vai debater conosco para fazermos uma cidade muito melhor, porque a cidade de São Paulo merece ter as melhores reformas e revisões.

Eu gostaria também, Sr. Secretário, que a cidade tivesse o centro transformado, com mais moradias. É uma batalha que sabemos ser difícil, mas tenho certeza de que com o Governo, a sua área técnica, e a população, nós vamos poder discutir isso nas nossas audiências, com qualidade e responsabilidade.

Gostaria ainda que V.Exa. nos falasse como fica, no Plano Diretor, a questão das enchentes na cidade de São Paulo, nas periferias, com as pessoas perdendo seus móveis, enfim, perdendo suas casas.

Tive a oportunidade de, infelizmente, pegar uma enchente em cima do Minhocão. Nunca vi uma enchente pegar um viaduto, mas eu estava presente. Gostaria de entender o que o Plano Diretor traz sobre toda essa questão das enchentes.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

**O SR. RODRIGO GOULART (PSD)** - Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero cumprimentar todos os Vereadores e também o Secretário César, que fez uma explanação muito bem-feita e muitos Vereadores citaram que é uma Secretaria que acumulou diversas funções, mas tenho certeza da competência do Secre-

tário. V.Exa. mostrou nessa rápida exposição tudo que tem de disposição a fazer, inclusive falou muito do que a própria gestão fez e está fazendo agora.

Com todo esse cronograma que foi exposto, é fundamental para todos nós, Vereadores, debruçarmos, sim, em todas essas discussões urbanísticas que a cidade precisa fazer no primeiro semestre, conforme os planos que o Presidente falou, como também o Secretário, o PIU Leopoldina que está praticamente pronto.

Já discutimos nesta Casa, na Legislatura anterior, a Operação Urbana Água Branca e está bem avançada, inclusive já passou pela primeira votação. Também já discutimos diversos outros projetos. Temos o PIU Bairros do Tamanduaetê que, por algumas vezes, foi prorrogada a LAP, que é a autorização ambiental para fazer esse projeto. Então, está também com o texto pronto.

Para o segundo semestre, temos o PIU Centro, que é fundamental para toda a cidade, conhecemos as grandes desigualdades no centro da cidade. Também temos o PIU Jurubatuba, que é da nossa área de atuação, minha e do Presidente. Sabemos de todas as necessidades, de todas as dificuldades e do potencial que todas as regiões têm.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Jurubatuba é um dos mais importantes da cidade e deste país dada a capacidade que tem de buscar e acrescentar investimento na região mais pobre da cidade de São Paulo. Permite financiamento da ponte Gaivotas, 4º Centenário, Campo Limpo, M'Boi Mirim, Cidade Ademar e, depois, com alcance, a Poligonal de Investimento que podemos criar na Jurubatuba é fantástico. Por enquanto, a Poligonal tem captação. Vamos criar nessa oportunidade a Poligonal de Investimento, que ainda podemos gastar o recurso. Cidade Ademar, Gaivotas, Cantinho do Céu, a região do M'Boi Mirim, Jardim Leticia para baixo, toda aquela região do Jardim Ipê, que se pode buscar investimento atingindo várias regiões, a favelinha atrás de Interlagos. Todo esse investimento pode ser feito. Novas pontes são necessárias, a duplicação da Marginal Pinheiros que sai da Ponte Transamérica e vai até a Ponte Vitorino Goulart. É um mundo de investimento que pode ser feito naquela região e devolver.

Esse é um dos processos mais importante da história de São Paulo porque ela busca para a região um avanço fantástico e tem demanda, fora a questão habitacional que vamos resolver com mais de cinco mil habitações. Temos uma oportunidade fantástica de investimento se destravarmos essa operação, esse PIU, precisamos resolver.

Desculpa interromper V.Exa., não vou me inscrever. Só falarei nesta oportunidade. É porque o tema para nós, da cidade de São Paulo, sem menosprezar as demais regiões, tem uma demanda fora do comum, é uma demanda fantástica.

**O SR. RODRIGO GOULART (PSD)** - É muito importante sua colaboração, Sr. Presidente. V.Exa. conhece tanto quanto eu essa região e tenho certeza de que nós, e tantos outros Srs. Vereadores que atuam politicamente nessa região, cuidaremos com unhas e dentes, literalmente, deste projeto. Como V.Exa. bem disse, várias contribuições como a extensão da margem direita da Marginal Pinheiros, da Ponte Transamérica até a Ponte Vitorino Goulart; a Ponte Graúna Gaivotas, que é fundamental para toda uma região que hoje sofre muito com o distanciamento ainda maior da cidade; também a Ponte Veleiros Jurubatuba, que sai da Avenida Ipanema. V.Exa. conhece muito essa região.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Desde que não desapropriem o meu escritório.

**O SR. RODRIGO GOULART (PSD)** - E tem um potencial enorme e todos os investimentos que serão feitos na infraestrutura da cidade.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Na Ipanema, fica o meu escritório. Não pode desapropriar ele não. Vamos combinar isso com o Cesar.

**O SR. RODRIGO GOULART (PSD)** - Não, não. É um pouquinho mais para baixo.

Mas, Presidente, só para acabar de contribuir; então, só nesses projetos que falamos, tanto de intervenção urbana, como de operação urbana, são investimentos e intervenções por toda a cidade. E tenho certeza de que a questão da revisão do Plano Diretor também deverá ser discutida muito. É fundamental que seja feito neste ano. E é estranho ouvirmos falar em prorrogação, não dá para discutir de forma híbrida, sendo que, inclusive, foi tema de debate. Os debates do Executivo, na eleição passada, foram no sentido de que o Plano Diretor seria o projeto mais importante para o ano de 2021. Na época nada se falou sobre prorrogação ou a forma como deveriam ser feitas as discussões.

Foi colocado pelo Vereador Aurélio Nomura, e pelo Secretário também, de que no Plano Diretor anterior, de 2014, já se passaram sete anos, a tecnologia avançou e avança a cada dia; quase metade das contribuições foi por meios digitais. Então, por que não agora? Gostando ou não da pandemia ou que ela nos forçou a nos adaptarmos, a tecnologia, com certeza, atingiu a todos - desde os mais novos aos mais idosos. Então, é possível se colocar todas as contribuições nos meios digitais. Inclusive, o Secretário Cesar já colocou também que haverá acesso às 32 subprefeituras, até se V.Exa. puder detalhar isso um pouco mais. Com certeza, isso servirá para diminuir as dúvidas, tanto da população como também dos Vereadores, mas não tenho dúvida de que o formato híbrido é, sim, possível e totalmente cabível em um momento como esses, em que a pandemia nos ensinou muita coisa, Presidente.

Estou à disposição na Comissão de Política Urbana com os outros membros e com todos os outros 54 Srs. Vereadores, a fim de avançarmos ainda mais em todos esses projetos que serão encaminhados pelo Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns Secretário Cesar.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra o nobre Vereador Faria de Sá.

**O SR. FARIA DE SÁ (PP)** - Sr. Presidente e Secretário Cesar, é uma alegria poder discutir algo tão importante.

Antes, eu queria pedir um favor especial ao Secretário Cesar: o Prefeito Bruno Covas cancelou todos os contratos da Operação Água Espraiada. Jabaquara virou uma terra de ninguém. Depois de tudo desapropriado pela Prefeitura, tudo no chão, nada está ocupado. Já é uma brigua que vem da época do Prefeito Kassab, da Prefeita Marta, do Prefeito Haddad. Construíram a avenida Água Espraiada. Com o dinheiro da Água Espraiada, construíram a Ponte Estaiada - hoje Octavio Frias -, onde é a Globo; construíram o Complexo Itapaua/Laguna, que tem o nome de Vice-Presidente José Alencar e do Edson Bueno, ex-Presidente da Amil, que merece muito essa homenagem, porque ele abriu mão do leilão do Hospital de Santa Marina, até hoje um grande hospital, o Santa Catarina, que vai ter uma nova ala, com empresas particulares, inaugurada no final do mês, com 40 novos leitos de UTI-Covid.

Então, é extremamente importante que essa questão, relativa à Operação Água Espraiada, seja retomada, porque virou terra de ninguém. A SP Obras tomava conta da administração dos imóveis, parou de fazer e passou para a SP Urbanismo. Durante algum tempo, na Subprefeitura do Jabaquara, quando eu fui subprefeito, cuidamos disso, por delegação da SP Obras, mas, depois, foi suspensa essa condição e a obra está parada. Era uma ponte da Água Espraiada até a Imigrantes; depois, uma ponte menor.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Era um túnel de 2,4 km, Vereador Arnaldo. A Operação Água Espraiada financiou até o Metrô, pagou um bilhão de reais, na Gestão Haddad.

**O SR. FARIA DE SÁ (PP)** - V.Exa. passa pela área e a conhece bem, Presidente Milton Leite, parece que teve uma guerra, está tudo abandonado, largado, quebrado.

Então, precisa tomar cuidado, quer dizer, é culpa da Prefeitura o jeito que está o Jabaquara. A obra até a Av. George Corubiser já é alguma coisa para respeitarmos essa condição. É uma vergonha o que está sendo feito, o dinheiro - como lembrou o Presidente Milton Leite - foi levado para outros lados. E no Jabaquara, essa região toda, a antiga Favela Alba, Favela Vietnã, Beira Rio, está tudo um inferno, um abandono geral. Falaram que fariam várias unidades habitacionais, já tem as áreas liberadas e estão abandonadas, não estão fazendo nada. Quer dizer, parece uma praça de guerra da Síria, é como está no Jabaquara.

Quero aproveitar a oportunidade para lembrar o Secretário que nessa nova remodelação do Plano Diretor, a questão do aeroporto, em Santana, o Campo de Marte, essa área é da Prefeitura. Precisamos aproveitar essa área para a Prefeitura não deixar do jeito que está. Lembro uma questão importante, a reurbanização das favelas. Tem favela que precisa ser reurbanizada, com pouco dinheiro se faz uma nova cidade em cada favela, Paraísoópolis, Heliópolis e outras menores. Precisamos resolver essa questão.

A Câmara Municipal está aberta a esse diálogo, é extremamente importante. Quero comentar, nosso Vereador, que acabou de falar, foi o relator do Plano anterior, e tem muitas ideias boas. Cumprimento o Vereador Rodrigo Goulart pelo que falou sobre a região de Jurubatuba, extremamente importante, tem a capacidade de crescer e muito, porque hoje virou uma cidade fantasma, aluga-se e vende-se para nada. A pandemia tem uma parcela de culpa, sem dúvida nenhuma, mas a Administração tem muito mais culpa por não gerir as condições de administrar essa grande megalópole, que é São Paulo.

Parabéns, tenho certeza de que V.Exa., Secretário Cesar Angel, fará um brilhante trabalho. Conte com a Câmara Municipal de São Paulo e particularmente no Jabaquara, venha visitar um dia, não precisa acreditar no que estou falando, se quiser mando umas fotos, parece praça de guerra abandonada, largada a própria sorte.

Parabéns à Câmara Municipal de São Paulo. Boa sorte, Secretário Cesar Angel.

- Assume a presidência a Sra. Rute Costa.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Tem a palavra a nobre Vereadora Sandra Tadeu.

**A SRA. SANDRA TADEU (DEM)** - Boa tarde, Sra. Presidente; Srs. Vereadores e Vereadoras; Secretário Cesar Angel, obrigada pela presença na Casa para discutirmos o Plano Diretor.

Acho extremamente importante para a cidade e espero que essa discussão que iremos fazer realmente seja para melhorar a cidade de São Paulo e não apenas para atender algumas entidades que se acham donas da cidade. Querem apenas construir grandes edifícios e não pensam em nenhum momento na nossa malha viária, que é extremamente frágil, que já está esgotada em todos os cantos da cidade de São Paulo. Da zona Sul à zona Leste, zona Oeste, zona Norte, porque só se constrói, mas ninguém pensa na mobilidade da cidade.

Então, espero que realmente discutamos. Quero discordar do nobre Vereador Xexéu e alguns Vereadores, porque na periferia pessoas com mais de 60 anos - é uma pesquisa - não conseguem acessar a internet. Primeiro, porque é uma internet muito ruim na periferia da cidade de São Paulo. E é muito importante que as pessoas possam participar dessa discussão. Acho que temos um ano para discutir, não precisamos votar na correria. Temos de votar algo muito sério que dure por muitos anos, que faça o desenvolvimento da cidade e não fique com essas obras paradas, como disse o nobre Vereador Arnaldo Faria de Sá.

Eu já votei em não sei quantos projetos de urbanização; já votamos os PIUs, a Operação Urbana Água Branca, Água Espraiada, enfim, mas você vota, mas nada sai realmente do papel.

Secretário, pelo que já estudou, já viu em todo o Plano Diretor, eu gostaria que me apontasse quais são os pontos prioritários que teremos de revisar realmente.

Eu acompanhei bastante essa discussão de 2014; então, há coisas que aprecio muito e não gostaria que fossem mudadas simplesmente porque alguns órgãos, que se acham donos da cidade de São Paulo, querem mudar. Nós temos de mudar aquilo que realmente beneficiará a cidade de São Paulo. Temos de ver como o metrô vai chegar à periferia, porque depois que as obras estão construídas fica muito mais difícil de se fazer. E, por último, há alguma operação urbana prevista para a zona Leste? Porque todas são para zona Sul, zona Oeste.

Boa sorte, Secretário Cesar. Espero que possa realmente reformular o Plano Diretor. Acho que não tem pressa para votarmos este projeto, temos de discutir muito para chegarmos a um bom projeto.

Obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Só lembrando os Srs. Vereadores que não estabelecemos prazo de votação. Estamos iniciando o debate, estamos cumprindo o preceito legislativo que nós mesmos fizemos; depois do prazo, estamos iniciando o debate. A Câmara Municipal de São Paulo não faltará ao debate, e o projeto será votado no momento que estiver maduro para tal. Não vamos acelerar, também não vamos parar. A cidade está em movimento, nós também. Vamos calibrando o debate para que seja maior, mais amplo do que o anterior, o Plano Diretor original. Tomaremos os cidadãos necessários para que haja grande participação.

Não vamos acelerar o processo de maneira alguma, vamos conduzir o processo e quando estiver maduro votaremos. Se possível, votamos no segundo semestre, em algum momento. Mas se não for, vai para o ano que vem, mas vamos trabalhar incansavelmente, porque temos disposição e tempo. Não há motivo para não trabalharmos.

Tem a palavra o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli. **O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL)** - Cumprimento o Secretário, todos os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras e o Presidente Milton Leite. Acho importante o debate na Casa, seria muito bom mesmo que todos os Secretários viessem quando há questões importantes da cidade de São Paulo.

A minha primeira pergunta é a seguinte: nós estamos em surto de pandemia.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Nobre Vereador Toninho Vespoli, estou interrompendo demais, porém só para agregar à fala de V.Exa., quero dizer que seria favorável que todos os Secretários comparecessem semestralmente às suas comissões temáticas. Nós podemos colocar isso na Lei Orgânica, para que venham debater com a Casa semestralmente. Não tem que esperar a Comissão convocar, mas tem que vir prestar contas semestralmente. Não há nada a esconder.

Podemos começar também essa discussão para que todos os Secretários compareçam uma vez, a cada semestre, obrigatoriamente, venham às nossas comissões afins e possam atualizar ou prestar contas dos trabalhos da sua pasta, daquilo que está fazendo e o que pretende fazer. Uma vez a cada seis meses não atrapalha ninguém. Seriam oito vezes num mandato e muito bom para a cidade. Nós podemos colocar na Lei Orgânica. No primeiro PLO, eu vou apresentar a emenda.

Desculpe pela interrupção, mas isso é oportuno.

**O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL)** - Tenho toda a concordância, Sr. Presidente.

Bom, o fato é que estamos vivendo uma calamidade pública. Estamos na segunda onda. O próprio Exército fala em terceira onda. Não sabemos ainda o que vai acontecer.

Cento e quatorze entidades e várias personalidades assinaram uma carta pelo adiamento do Plano Diretor Estratégico, por conta disso: porque mesmo quando se fala em algum processo híbrido, não está muito bem colocado. Como é que será esse híbrido no período inicial? Qual será a oportunidade? Já vimos que há, sim, perdas, quando fazemos coisas somente presenciais e quando não há um momento de interação pessoal. A minha pergunta é: não podemos pensar essa revisão posteriormente, depois que passar esse processo agudo da pandemia?

A segunda pergunta é o seguinte: mesmo no processo virtual, quem tem mais condição de participar do processo virtual? Um pessoal mais instruído e um pessoal com condições de ter acesso à internet, a equipamentos bons. Nós vimos o próprio Paulo Frange, na Câmara Municipal, que nem conseguiu fazer o seu discurso, teve de vir presencialmente; haja vista onde eu moro, no Sapopemba, na periferia de São Paulo, que eu sempre faço qualquer tipo de reunião e falo toda hora. Quer dizer, isso desestimula as pessoas a participar. A própria Secretária Municipal de Educação, passado um ano da pandemia, não conseguiu garantir aula virtual para todos os alunos. Então, eu digo: se, passado um ano, não conseguimos - a própria Administração e a Secretária Municipal de Educação - garantir aulas virtuais para todos os alunos, como é que vamos garantir que haja uma participação especialmente da periferia, que vai ter as mesmas dificuldades que os alunos da periferia têm para participar das aulas híbridas? Então, eu queria saber como V.Exa. vai garantir a participação da periferia com todas essas dificuldades? E isso me remete ao seguinte: se não conseguimos garantir à parcela significativa da população, como vamos ter uma revisão do Plano Diretor, se não conseguimos garantir o que está no Estatuto da Cidade, que é a ampla participação popular? Estamos excluindo um setor da sociedade, nitidamente.

Outra questão é o Comitê de Gestão, que não tem participação de especialistas da academia, da sociedade civil organizada. Eu queria entender por que o mercado imobiliário que está tão apossado desse Comitê de Gestão; haja vista também algo que deve ser outra dificuldade da... (Falha na transmissão). Quando vamos ver, por exemplo, o acesso aos Vereadores, à Casa, à própria Administração, ao próprio Governo, fica por setores da sociedade. Ou seja, o Secovi já está conversando com todo mundo, ao passo que a cidade organizada mais pobre da periferia não tem quase a oportunidade de ter acesso, de conversar e de dialogar, ainda mais de forma remota. Então, também queria entender qual seria essa relação do Conselho de Gestão?

Tem mais uma pergunta, que o nobre Vereador Donato falou, que acho importante: está previsto no plano de metas a construção de oito parques, sendo que no próprio Plano Diretor Estratégico, mais de 160. Por que os planos conversam, o PDE com o Plano de Metas? Já que é super insignificante o que estamos propondo no plano de metas comparado com o que se propõe no PDE. Também gostaria de entender se os planos, quando a Prefeitura faz, estão conversando ou não.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra o nobre Vereador João Jorge. Após a sua fala, o Sr. Secretário responderá o primeiro lote de perguntas e formulações.

**O SR. JOÃO JORGE (PSDB)** - Obrigado, Sr. Presidente. O Vereador Toninho Vespoli deixou o microfone aberto.

Presidente Milton Leite, colegas Vereadores, Secretário Cesar, que faz parte de uma geração que o Prefeito Bruno Covas está valorizando bastante, esses jovens brilhantes, assim como o Secretário Orlando, o Modonezzi, que é um pouco mais velho. Mas, é um pessoal que está dando conta do recado. Parabéns, Cesar, que foi muito bem no Licenciamento e agora, Licenciamento e Urbanismo. É uma missão dura, mas sei que é capaz e vai dar conta.

Presidente Milton Leite, vejo do PSOL e do PT, como o Vereador Vespoli externou, a preocupação com a participação popular. A Câmara de São Paulo e V.Exa., Presidente Milton Leite, que é bastante experiente, assim como o Vereador Antonio Donato, que já foi Presidente também, acho que temos condições de garantir, sim, uma participação popular efetiva.

Ainda mais porque, especialmente na Câmara, os debates não vão se dar esse mês, nem no mês que vem, será um pouco mais à frente. E, se Deus quiser, se tudo der certo, os números caindo, vacinação avançando, poderemos em algum momento voltar a ter algumas reuniões presenciais, ainda com todo o cuidado.

Gostaria de falar com o Cesar duas coisas, a Câmara, como o Presidente Milton Leite falou, vai participar, vai propor e nós iremos debater para construirmos juntos - a Câmara, a sociedade e o Executivo - o melhor Plano Diretor para a cidade de São Paulo.

Queria falar dois assuntos rápidos com o Secretário. Tenho especulado, lido, estudado e, às vezes, até conversado com algumas pessoas que se interessam em investir na cidade de São Paulo. Não sei se sabe, Cesar, que hoje o maior espião do Brasil está no Balneário Camboriú. Até anotei, são 81 andares, 280 metros.

No Tatuapé - moro na Mooca e estou perto - está sendo construído o Edifício Platina, com 50 andares e 172 metros. Penso que São Paulo poderia copiar um pouco os países asiáticos, os países árabes e construir, ou incentivar pelo menos, uma dessas torres. Seria muito interessante, mas construir uma torre grande de verdade, de 100, 105, 110, 112 andares, com 400, 350, 500 metros, algo grande como nos países do mundo.

Com isso, atrairíamos o turismo para a cidade de São Paulo, uma cidade em que prioritariamente o que vem é o turismo comercial, para gerar empregos e tornar a cidade mais atraente. Na cidade cabe isso e deveria até ser estudada, depois, no Plano Diretor ou em um PIU, essa possibilidade de incentivarmos a construção de um dos espigões gigantes para a cidade.

Por fim, Secretário Celso, eu vi que você - vou chamá-lo de você porque somos amigos - falou do de alguns PIUs e citou o PIU Central. Moro na Mooca, que traz uma herança do período em que foi um bairro industrial. Agora, a Mooca está crescendo, há muitos investimentos habitacionais.

Temos a região que era mais industrial, na Henry Ford. Do outro lado da Mooca, atravessando a Radial, temos o Brás e colado tem o Pari e colado a essa região tem o Mercado Municipal.

Eu não sei, é apenas uma sugestão, Secretário, se não vale a pena descolar desse PIU Central. A Vereadora Sandra Tadeu citou a zona Leste, é o começo da Leste, Mooca, Brás, Pari, região do Mercado Municipal, essa região não mereceria um PIU específico, para estudar o desenvolvimento dessa região?

Recebe muitas pessoas do Brasil todo, todos os dias, há a Feira da Madrugada. De repente, poderíamos estudar a possibilidade de um PIU para essa região. Algo rápido, para desenvolver aqui também.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Concluindo, Vereador.

**O SR. JOÃO JORGE (PSDB)** - A Vereadora Sandra Tadeu fala muito da zona Leste e podemos pensar no Tatuapé, que é outra região que também está desabrochando.

Mas, penso muito nessa região colada ao Centro, se não vale a pena, no PIU Central, descolar, separar e fazer um para essa região específica?

Obrigado, Presidente Milton Leite e Secretário Cesar. Parabéns pelo seu trabalho excelente à frente de tão importante Secretaria da Prefeitura de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Vereador, vou passar a palavra ao Cesar, mas antes vou deixar uma questão que julgo importante no Plano Diretor: os templos religiosos pequenos, grandes e médios.

Devemos tratar como um capítulo próprio, discutir sem paixões, mas com racionalidade, com entendimento, para que possamos trazer pacificação nos textos e dar tranquilidade aos templos religiosos. É importante demais tratar desse tema. Sei que setores da sociedade são resistentes, mas temos de tratar desse tema, criarmos um regimento que dê tranquilidade à população e aos diversos templos religiosos de qualquer natureza.

Secretário, tem V.Exa. a palavra e, em seguida - depois de suas respostas -, retomo com a Vereadora Janaína Lima, a primeira inscrita.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Presidente, alguns assuntos se repetiram na fala dos Srs. Vereadores. Então, vou respondê-las em bloco.

Só para iniciar, o Vereador Donato citou o cronograma de eficiência da iluminação pública de São Paulo. Nós deveríamos ter feito 36,5% de eficiência e já batemos 63%. Então, acho que, de repente, a informação que o Vereador tem está desatualizada. Caso queira, podemos mandar o cronograma para o gabinete do Vereador.

O Comitê de Gestão da Secretaria, que alguns Vereadores falaram - o próprio Vereador Donato e o Vereador Vespoli - não tem poder deliberativo. O então Prefeito João Doria, em seu primeiro ato em 2017, determinou que cada secretaria tivesse um Comitê Gestor, o qual não possui poder deliberativo algum sobre a revisão do Plano Diretor ou de qualquer outro assunto da Secretaria. É apenas um comitê consultivo e de monitoramento.

Sobre a composição do Comitê foi citado que não foram contemplados diversos segmentos da sociedade. Quero dizer que um dos membros do Comitê Gestor da Secretaria é o Henrique, Presidente da Asbea - Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura; outro membro do Comitê é o Tomas Alvim, professor do Insper. Então, a procura por um comitê pluridisciplinar foi feita. Um dos membros do comitê é Lair Krahenbuhl, nós o conhecemos, foi Secretário de Planejamento Urbana, Secretário de Habitação, com um vasto currículo. Então, a ideia de se constituir esse conselho com diversos atores é justamente para acompanhar e, quando necessário, aconselhar a Secretaria. E quem tem a incumbência de monitorar os trabalhos, de monitorar o processo de revisão do Plano Diretor é o Conselho Municipal de Política Urbana. Esse Conselho existe, com representantes do Governo e da sociedade civil, é esse conselho que tem a incumbência de monitorar.

Muitas coisas foram faladas, mas ainda da fala do Vereador Donato, diz que o diagnóstico ficará pronto só em agosto. Eu posso encaminhar para os Vereadores o cronograma, embora esteja disponível no *site* planodiretor.sp.prefeitura.gov.br, o cronograma já está disponível. Mas no mês de abril, o monitoramento da Secretaria será através de uma coordenação chamada Planurb. Ele já estará pronto e disponível para que possa embasar as discussões iniciais de como vamos propor uma revisão ao Plano Diretor. Esse diagnóstico paralelo é uma parceria que fazemos com a academia para que possam também contribuir com diagnóstico que venha somar com monitoramento que a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento já tem feito, inclusive, foi publicado parcialmente em dezembro de 2020.

Então, o cronograma está respeitando o que diz a lei e temos trabalhado incansavelmente para assegurar uma ampla discussão.

Como eu disse na minha fala inicial, é legítima essa preocupação de como vamos levar até as pessoas o acesso a essas plataformas digitais. Estamos trabalhando nas ativações locais das 32 subprefeituras para que aqueles que não possuem acesso à internet ou que tenham qualquer tipo de dificuldade de acesso ao digital possam se dirigir às subprefeituras, ou a um CEU, a qualquer equipamento público de qualidade que aquela subprefeitura, aquela região da subprefeitura possua. Está disponível por um período uma ativação, uma equipe preparada para receber essas contribuições e fazer o cadastramento digital.

Caso o Plano São Paulo permita, que se façam audiências presenciais, faremos de acordo com todos os protocolos de segurança sanitária que existem.

Do ponto de vista de processo participativo, é isso que eu garanto para os Srs. Vereadores, que a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento e a gestão do Prefeito Bruno Covas têm se preocupado e têm se atentado para que seja de maneira ampla, democrática e segura para toda a cidade. Assim está sendo feita a discussão do programa de metas, assim foi feita a votação do orçamento pelos senhores; então, não é algo pioneiro na cidade o que estamos propondo, é algo que já existe.

Sobre os PIUs e Operações Urbanas, que alguns Vereadores citaram, os Vereadores Rodrigo Goulart e João Jorge, quando dizem que Leopoldina, Tamanduateí e a revisão da Operação Urbana Água Branca já estão maduros o suficiente para serem votados é porque já passaram por todo esse processo de discussão.

É evidente que outras iniciativas, Vereador João, por exemplo o PIU para a zona Leste, a legislação não diz que isso tem de ser iniciativa exclusiva do Poder Executivo. Isso pode ser feito pela Câmara Municipal, pode ser feito inclusive pela iniciativa privada. Então, estamos abertos a discutir novos instrumentos para conseguirmos melhorar a qualidade de vida do paulistano. Essa é a motivação da revisão do Plano Diretor, transformar a cidade de São Paulo em uma cidade ainda mais inclusiva, acabar com essa exclusão socioespacial que existe.

Só interessa não discutir a revisão do Plano Diretor a quem quer pegar o mais pobre, o mais humilde e jogá-lo para a periferia; a esses interessa a não discussão. Estamos aqui para trabalhar com o DNA social, que é o DNA da gestão do Prefeito Bruno Covas, e para defender o DNA do Plano Diretor, que é trazer moradia para as regiões mais estruturadas, para o centro de São Paulo e para os eixos. E ao mesmo tempo fomentar e criar novas centralidades, novos centros comerciais, levar emprego para a periferia, para aquele que mora na periferia tenha condições de se manter ali, e aquele que quer morar perto do emprego nas regiões centrais, nos eixos, tenha opção. É isso que está motivando e é esse o intuito da revisão do Plano Diretor.

Sobre a demanda do setor imobiliário, Vereador Donato, da redução de outorga, eu posso assegurar que a posição da gestão do Prefeito Bruno Covas é que a outorga onerosa não é impedimento para o crescimento imobiliário da cidade. Não há por que discutir redução de outorga, uma vez que no ano passado nós tivemos um crescimento de 13% na venda de imóveis na cidade: batemos recorde de licenciamento, foram mais de 1.200 empreendimentos licenciados na cidade. Então, a outorga não é nenhum impedimento para isso.

Sobre vaga de garagem, o caminho que a cidade adotou é de ida, sem volta. Como eu disse, uma das diretrizes da gestão do Prefeito Bruno Covas é desestimular o uso dos carros e é isso que tem de estar previsto no Plano Diretor e no nosso DNA também.

Sobre o chamamento público das entidades, quando nós o editamos, não pretendíamos que só as entidades participassem do processo de revisão. Foi mais um caminho, mais um mecanismo que criamos de convocação das entidades para que elas se cadastrassem e participassem do processo de revisão.

Como eu falei, haverá plataforma digital, oficinas de discussão. Naturalmente, respeitando as regras sanitárias de controle estabelecidas na pandemia, de maneira híbrida, mas a ideia é que as entidades da sociedade civil participem, ou seja, a sociedade de maneira geral também.

Vou dar o exemplo do que foi feito no Rio de Janeiro, que também fez chamamento das entidades para participarem da revisão, porque eles também passam pelo processo de revisão do Plano Diretor. Só que estão fazendo uma seleção das entidades que participarão, aqui não há seleção. Nós dissemos: as entidades que querem participar, façam seus cadastros para conhecermos quem são.

Não vamos diminuir nunca a participação social nesse processo. Nós temos a participação social como um dos pilares de fornecimento de dados para construirmos a revisão do Plano Diretor. Claro que o objetivo é sempre melhorar a qualidade de vida.

Sobre o que nós vamos revisar, como argumenta a Vereadora Sandra Tadeu, é sobre isso que estamos apresentando e abrindo essa discussão para que possamos discutir juntos.

Na minha fala inicial, citei algumas problemáticas que identificamos na cidade. Mas dividimos o processo de revisão em alguns eixos: meio ambiente, habitação, mobilidade urbana, desenvolvimento econômico e social, para que possamos nortear nossas discussões. Agora, o que vamos fazer, o processo de construção do texto do projeto é agora, é aqui.

Estou batendo o olho rapidamente no que anotei, acho que sobre o que foi dito, só faltou e vou citar rapidamente os pedidos de adiamento da revisão, por conta da pandemia. Os Vereadores sabem melhor do que eu que, qualquer processo de alteração ao PDE, deverá ter participação social, audiência pública. Para propormos adiamento da revisão, teremos de fazer audiência pública também, porque seria preciso alterar o artigo 4º do PDE. Já que vamos ter de passar por esse processo, por que não nos preparamos do ponto de objeto de material para que possamos discutir o tema de maneira segura para a sociedade?

É claro que o objetivo do Executivo, como também da Câmara é o melhor para a população, para o paulistano. O exemplo disso foi o que fizemos na regularização dos imóveis. Cito muito esse exemplo porque foi bem-sucedido, foi uma experiência que eu, particularmente, tive com os Srs. Vereadores. Tenho certeza de que poderemos replicar o mesmo modelo na revisão do Plano Diretor.

Sr. Presidente, creio que passei por todos os assuntos abordados.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Templos religiosos.

**A SRA. ELY TERUEL (PODE)** - Sr. Presidente, eu só queria reiterar sobre a minha pergunta. O que o Plano Diretor traz de propostas sobre as enchentes, Secretário, por favor.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Desculpe. Sr. Presidente, posso completar a minha resposta?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Responda à nobre Vereadora Ely Teruel primeiro, sobre a questão das enchentes, depois sobre os templos religiosos, que precisamos debater. É preciso buscarmos uma solução que pacifique essa questão.

**O SR. FARIA DE SÁ (PP)** - Secretário, V.Exa. não falou sobre Água Espraiada.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Desculpe, Vereador. Quero pedir desculpas tanto para a Vereadora Ely Teruel quanto para o Vereador Arnaldo Faria de Sá. Acabei pulando esses dois temas.

Sobre as enchentes, há um Plano Municipal de Saneamento Básico. Esse assunto é mais bem tratado nesse Plano Municipal. O PDE fala muito sobre a política ambiental. Ele considera as micro e macrobacias da cidade, mas ele direciona essa discussão para outro instrumento, para outra ferramenta, que é coordenada pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, que participará também da revisão, porque teremos um comitê intersecretarial que fará parte das discussões da revisão do Plano Diretor.

Sobre a Operação Urbana Água Espraiada, nós demos início, no final do ano passado, Vereador Faria de Sá, ao leilão dos Cepacs. Isso é o pontapé inicial. Esse leilão de Cepacs é um modelo econômico que se autossustenta e devolve investimento para a região. Quando defendemos que temos de dar continuidade ao leilão do Cepac, é justamente continuarmos as intervenções urbanas previstas na legislação, para que possamos concluir a Operação Urbana Água Espraiada.

Presidente Milton Leite, eu só não entendi, sobre os templos. Qual era o questionamento?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Nós temos de fazer uma regulação definitiva. Via de regra, todos os templos têm problemas de regulação que não tratamos no Plano Diretor. Em algum momento, há que se tratar uma regra estruturada a partir do Plano Diretor, porque atinge a todos. De que forma? Veja bem, Secretário, está inserido em todos os zoneamentos da cidade de São Paulo. Então, é algo difícil de ser tratado. Nós precisamos tratar e ver a forma com que vamos resolver o problema. Eu disse que não precisava ser questionada e respondida agora, mas devemos tratar, discutir e debater esse tema em um momento oportuno.

Eu vou dar continuidade às perguntas.

**O SR. ADILSON AMADEU (DEM)** - Sr. Presidente, rapidamente. É um carinho muito grande. Já fiquei feliz de ver V.Exa. trabalhando na Casa, graças a Deus. Eu estou inscrito e quero saber se eu posso continuar aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Está inscrito, sim, Vereador Adilson Amadeu. Há uma série de inscrições que precedem a de V.Exa., mas está inscrito.

Tem a palavra a nobre Vereadora Janaína Lima.

**A SRA. JANAÍNA LIMA (NOVO)** - Obrigada, Sr. Presidente, por garantir a fala de todos. Quero agradecer a presença do Secretário Cesar. Quero pedir licença e desculpas ao mesmo tempo, porque a internet está instável e eu tirei a imagem, mas eu gostaria de fazer o registro do quanto melhorou o diálogo com essa Secretaria. Nesse período mesmo, estive lá e fui recebida pela coordenadora Marília. O Secretário Cesar está com uma equipe muito boa, muito atenciosa e comprometida com relação às respostas para a Câmara Municipal. Então, eu quero fazer o registro e sei o quanto ele tem buscado especialistas para se cercar desse tema.

Cumprimento V.Exa. pela coragem e pela ousadia de pautar um tema tão importante da cidade, porque não pode parar. É claro que todos estamos comprometidos. No Colégio de Líderes estávamos debatendo sobre como crescermos e ampliarmos a Frente contra a Fome na cidade de São Paulo, como ampliar um cronograma de vacinação, como podemos garantir a segurança dos funcionários públicos. Enfim, são muitas questões com que a Casa também está comprometida, atenta às necessidades da população.

Contudo, é indiscutível que São Paulo é o farol do Brasil e precisamos transformá-la em uma cidade alinhada com as capitais modernas, desenvolvidas e inteligentes, que existem ao redor do mundo.

Então, eu tenho cinco pontos. Alguns deles o Secretário respondeu em partes, mas eu acho que é uma reflexão e eu faço essa reflexão do Partido Novo. Com certeza, a Vereadora Cris Monteiro complementará esta minha fala, mas gostaria que o Secretário Cesar trouxesse mais detalhamento do monitoramento e avaliação do Plano Diretor existente, porque o PDE prevê um sistema de monitoramento que permite uma transparência e um controle social sobre esses resultados. Então, é importante a disponibilização desses dados para que tenhamos esses indicadores sobre o cumprimento ou não do Plano. Acho que esse é um ponto importante para trabalharmos e aperfeiçoarmos.

Outro ponto relevante é a revisão na pandemia. Estamos vivendo esse momento atípico, acredito ser importante refletirmos de que forma vamos consolidar um processo, de modo a garantir uma revisão democrática desse Plano Diretor Estratégico. Como serão as consultas públicas? Serão somente *on-line*? Terá possibilidade de essas consultas serem híbridas? Como podemos lidar com essas questões, que alguns movimentos civis trabalham, pelo adiamento do PDE.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite DEM)** - Nobre Vereadora Janaína, gostaria de contribuir na pergunta de V.Exa., contribuir com o debate.

Percebo uma preocupação de vários Srs. Vereadores em relação à participação popular. As primeiras audiências públicas devem acontecer, mais ou menos em 90 dias, não menos que isso. Estamos fazendo a estrutura do projeto, vamos iniciar no segundo semestre. Temos tanta coisa para fazer daqui até lá. Podem ser feitas audiências virtuais ou físicas. As audiências presenciais certamente ocorrerão, estamos avançando com a vacina. Até eu, com minha idade, terei direito à vacina daqui 15 dias. Em 90 dias, teremos um avanço, teremos novas aberturas, quero tranquilizar a Câmara. Vamos debater presencialmente, tenho certeza. Até na forma híbrida não tem nenhum problema. A única coisa que eu tenho certeza, Sras. e Srs. Vereadores é de que não devemos ficar parados, a inércia nunca. Se tivermos de carregar um mês de trabalho, nos meses de julho, agosto, tem tempo para avançarmos. Não estamos fixando datas para votar. Estamos falando em debate, que hoje se inicia. Por que nós estamos tratando do debate? Para que os Srs. Vereadores comecem a se preocupar. Ver quais os pontos. A participação popular haverá não só pela preocupação do Prefeito Bruno Covas, do Secretário, da Câmara. Vamos garantir a participação popular, seguramente. Podem ficar tranquilos com relação a isso. Só quis interromper para garantir que faremos os debates. A votação não está prevista para amanhã, vamos debater. A revisão do Plano Diretor não é da noite para o dia. São temas apaixonantes, haverá audiências, vamos fazê-las. Não tem nenhum problema. Voltamos esse ano será uma vitória fantástica. Até lá, se Deus nos permitir, a grande massa da população brasileira estará vacinada.

Obrigado, nobre Vereadora. Desculpe interrompê-la, mas é importante tranquilizar os Srs. Vereadores. Nós faremos o debate, fiquem tranquilos.

**A SRA. JANAÍNA LIMA (NOVO)** - Obrigada, Sr. Presidente. Foi muito importante ouvir a fala de V.Exa. para que possamos cessar essas indagações que têm sido trazidas, constantemente, e que muitos cidadãos nos questionam em nossas redes sociais, por *e-mail*. Então, é importante termos essa segurança passar para essas pessoas que nos questionam. A cidade não pode parar, precisamos fazer com que avance. Quero que São Paulo esteja alinhada com Seul, Nova Iorque e tantas outras cidades desenvolvidas. Temos de fazer com que São Paulo se desenvolva cada vez mais.

Complementando a fala e encerrando, quero colocar mais quatro pontos de uma forma muito breve. Muitos Vereadores trouxeram do ponto do PIU Centro. Por que é tão importante e uma pauta tão comum? Na revitalização do Centro, tivemos uma evolução positiva no número de empreendimentos de habitação do mercado popular, e da habitação do interesse social, todos licenciados pela Prefeitura. Mas e o *retrofit* no Centro? É um debate de longa data e apoiado por diversos especialistas de diferentes espectros. Tenho absoluta certeza de que o Secretário Cesar tem visto isso, com exemplos de boas práticas inclusive internacionais, mas infelizmente ainda não saiu do papel.

Então, como vamos viabilizar moradia no Centro a partir do *retrofit*, restaura e reformas? Com a pandemia, surgiu um novo debate. Esses prédios, que eram exclusivamente de uso comercial, podem ser desocupados 100% e não terem mais essa finalidade, porque não vai haver essa demanda.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**A SRA. JANAÍNA LIMA (NOVO)** - Outro ponto que eu quero falar é sobre a fachada ativa e uso. Acho que é muito importante fazermos esse debate. E a questão do saneamento é uma coisa muito importante porque o novo marco federal de saneamento, que entrou em vigor no ano passado, trouxe a agenda da universalização do acesso até 2033. Sabemos que há regiões mais afastadas e até mesmo rurais na cidade de São Paulo, onde as soluções tradicionais não são economicamente vantajosas. Como vamos pensar a solução nesse debate? E os incentivos verdes? Então, é importante colocarmos na incorporação dessa agenda ambiental e de desenvolvimento da cidade instrumentos que possamos avançar nesse sentido. Essas são as questões que eu abordo ao Secretário, desde já agradecendo e cumprimentando o Presidente, e agradecendo a participação do Secretário e de todos os colegas Vereadores e o engrandecimento do debate.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY (PT)** - Presidente Milton Leite, Sras. e Srs. Vereadores, prezado Secretário de Desenvolvimento e Licenciamento, Cesar de Azevedo, cumprimento o pela sua disposição de estar dialogando e espero que o Plano Diretor possa ser efetivamente objeto de debate, inclusive alguns presencialmente, até porque, durante esse período da pandemia, um dos problemas que percebemos na nossa cidade e também detectados pelas instituições que acompanham, por exemplo, a questão da insegurança alimentar, foi que a nossa cidade, como também o Brasil, teve um aumento muito grande da desigualdade socioeconômica.

Por isso, é mais importante ainda o objetivo da inclusão social, previsto tanto no Programa de Metas, quanto no Plano Diretor. E, diante do crescimento exponencial da população em situação de rua, da trágica situação de famílias sem condições de pagar aluguel por causa do desemprego e das limitações que o momento exige, é muito importante a retomada do Plano Municipal da Habitação. Então, é importante pautá-lo, aperfeiçoá-lo e, sobretudo, ter o debate com os movimentos de moradia que lutam tanto pelo serviço de moradia popular.

Eu gostaria de lhe perguntar em que medida o Plano Municipal de Habitação e o debate da Política Municipal de Habitação estão sendo pautados pelo Governo, ao longo deste ano de 2021, inclusive para que tenhamos audiências públicas, com os movimentos que lutam pela moradia e a própria população em situação de rua? Também visando a implantação de projetos de moradia e unidades de habitação de interesse social, a Secretaria Municipal de Licenciamento e a Prefeitura Municipal têm alguma projeção a respeito do mapeamento dos imóveis que ainda não foram notificados por não respeitarem a função social da propriedade?

É muito importante que todos esses edifícios e habitações que não estão respeitando essa função social sejam notificados e objeto da consideração do Poder Público Municipal.

No Plano de Obras do Fundurb para 2021, será respeitado o gasto mínimo de 30% para construção de Habitação de Interesse Social e 30% para mobilidade? O investimento em mobilidade prevê a priorização da mobilidade ativa, que ganha especial destaque na nova realidade sanitária e do transporte coletivo, combatendo a superlotação dos modais que têm sido verdadeiros vetores da pandemia no Município?

Outra questão, Secretário, a cidade de São Paulo precisa de mais equipamentos públicos de lazer, cultura e esportes, como previsto no Plano Diretor de 2014, com a criação de 164 parques. No Plano de Metas, foram anunciados oito parques, porém sem serem especificados. Então, deixo o apelo para

que considere o Parque do Rio Bixiga, recuperando o projeto Anhangabaú da FelizCidade, idealizado por Lina Bo Bardi e Edson Elito, que projetaram, no único terreno vago no entorno do Teatro Oficina, a construção de um parque, e, em meio a ele, o Teatro de Estádio, que fazia conexão do Oficina com o Vale do Anhangabaú. O nome "Anhangabaú da FelizCidade" foi criado pela própria Lina Bo Bardi, numa referência direta ao Baú da Felicidade, de Sívio Santos.

Finalmente, gostaria de lhe dizer que há um exemplo de município brasileiro, Maricá, que está com a proposta de instituir a Renda Básica de Cidadania Universal Incondicional. Um terço da população de 172 mil habitantes, equivalente a 42 mil habitantes, já está recebendo 170 mumbucas ou reais por mês, e até 2024 todas as pessoas residentes há três anos ou mais.

- Assume a presidência a Sra. Rute Costa.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Senador, já passaram dois minutos e meio da fala de V.Exa. Se todos os Vereadores passarem mais de dois minutos, não conseguiremos terminar.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY (PT)** - Muito obrigado, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Muito obrigada. Vereadora Juliana Cardoso, tem V.Exa. a palavra. (Pausa) Vamos passar a palavra à Vereadora Edir Sales. Depois voltamos à Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. EDIR SALES (PSD)** - Presidente e querida amiga Vereadora Rute Costa, na sua pessoa cumprimento todos os Vereadores presentes. Cumprimento o grande Secretário e amigo Cesar Azevedo, que está em várias Secretarias agora - Obras e Urbanismo -, desempenhando excelente trabalho. Quero agradecer, Secretário, pela disponibilidade de V.Exa. estar nesta Casa conosco já há 2h19, tempo durante o qual estamos aprendendo muito. Estou aqui desde as 15h e estou aprendendo muito, pois são muitos os detalhes. Quando V.Exa. falou que quem mora na periferia vive em média 10 anos menos, é exatamente porque as pessoas se locomovem por distâncias muito grandes, do extremo da zona Leste até o extremo da zona Sul.

- Interferência sonora. Microfone aberto.

**A SRA. EDIR SALES (PSD)** - Alguém está falando junto.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Vereador Suplicy, V.Exa. deixou seu microfone aberto.

**A SRA. EDIR SALES (PSD)** - É realmente necessário que seja feita essa revisão... (falha na transmissão) ...nós conversamos em reunião. Houve a participação da Secretaria, incluindo com relação a essa questão. Eu sei que V.Exa. está disponível para essa reunião, para outras várias reuniões e para os grupos também.

Sr. Secretário, arquitetos da região já me fizeram essa pergunta. Eu faço parte também de um grupo de arquitetos que têm essa dúvida, são várias, mas vamos sanando. Desde novembro do ano passado, um dos decretos regularizou a Lei de Uso e Ocupação do Solo das Habitações de Interesse Social e das validações de moradia popular. Então, por meio desse decreto, ficou definido que somente poderão ser construídas por pessoa jurídica.

Vamos encurtar o tempo, porque eu sei que V.Exa. tem outras atividades para fazer, outras reuniões ainda.

Sr. Secretário, V.Exa. não acha que isso pode ser um desestímulo aos pequenos construtores, já que 80% das obras pequenas e populares desta cidade são de pessoas físicas?

Sr. Secretário, mais uma vez, agradeço a sua permanência, disponibilidade e sua fala inicial. V.Exa. já esclareceu muitas dúvidas dos nobres Pares hoje dessa região. Vamos continuar ouvindo ainda mais. Eu sei que está disponível para nos atender.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO (PT)** - Sr. Secretário, obrigada por esse momento, escutando 55 Vereadores. É uma sabatina. É claro que o tempo é muito pouco. Cada um tem um mundo com coisas para perguntar. O Plano Diretor já é, por si só, um projeto extremamente desafiador.

Sr. Secretário, eu sei que outras pessoas já falaram sobre isso, mas a questão me preocupa muito. Todas as vezes que o Plano Diretor é discutido na cidade, ele é um projeto mobilizador, que dialoga com toda a cidade, com todas as categorias. Eu sou vinculada a movimento de moradia e na relação de enxergar as áreas ambientais na cidade, como os parques, e o movimento nas áreas de ZEIS me preocupa demais, porque sabemos que os interesses são muito fortes. Falo de uma grande especulação imobiliária, que enxerga o movimento de moradia e Zonas de Interesse Social como uma ameaça. O contrário também é verdade. Quando vemos a especulação imobiliária, também enxergamos que sempre queremos avançar em projetos que são da moradia popular e que há projetos prontos.

O problema é o Governo Federal que não faz nenhuma atuação com recurso na cidade de São Paulo. Nesses quatro anos e quatro meses em que o Governo Bruno Covas esteve presente, apresentou o projeto Pode Entrar. Eu tenho notícias, pela última reunião do conselho, que pode entrar no final de abril na Câmara Municipal.

Então, eu queria falar com os nobres Vereadores que não há condições de discutirmos Plano Diretor neste momento. Para V.Exas. terem ideia, na gestão passada, quando foi falado sobre o Plano Diretor, o movimento veio em bloco.

Não sei se todos os nossos Vereadores lembram que houve acampamento na frente da Câmara Municipal para que as pessoas que moram longe, no fundo da zona Sul, no fundo da zona Leste, pudessem participar, *pari passu*, das audiências públicas na Câmara Municipal.

Secretário, quero dialogar com o Executivo, mas também com os nobres Colegas. Nós temos um tempo para falar do Plano Diretor, mas este momento não é agora. Não há condições de fazermos essa discussão no meio da pandemia. O momento agora é para ver no que esta Casa pode auxiliar para combater a pandemia. Essa é a discussão. Não há condições de dialogarmos agora sobre Plano Diretor.

Essa é a minha contribuição. Agradeço demais aos Vereadores, às Vereadoras e ao público que nos assiste pela TV Câmara São Paulo. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Tem a palavra o nobre Vereador Alfrédinho.

**O SR. ALFREDDINHO (PT)** - Boa tarde, Presidente, Secretário e demais Vereadores que estão acompanhando esta sessão. Eu gostaria de dizer, Secretário, que quem mora na periferia é feliz. Com certeza, para a maioria dos moradores da periferia, se lhe oferecerem uma casa no centro, ele vai preferir ficar com a moradia da periferia, onde já está há 30 anos, onde está toda a sua vida. Aqui na periferia o povo é feliz, faz churrasco na laje, na rua. Quer dizer, comia, porque agora a carne virou ouro.

Então, temos que discutir um Plano Diretor olhando com a maior prioridade, que é a periferia. Tudo que os moradores da periferia precisam são boas condições de vida, de moradia, de saneamento. Enfim, as condições que um ser humano deve ter acesso para morar num lugar decente. É isso que o povo precisa.

Alguns Vereadores já falaram e me preocupa a questão do mercado imobiliário, que é muito guloso. Tanto as alterações que já foram feitas como as que estão acontecendo beneficiaram mais o mercado imobiliário do que as obras necessárias de melhoria na periferia. Enchentes, por exemplo, é um problema muito grande na cidade, e há falta de canalização de córregos, de construção de piscinões e de obras de infraestrutura de combate.

Quanto à construção de moradia popular, por mais que digam que avançou, para o tamanho da demanda, ainda é pouco. Por exemplo, mesmo com 3.500 unidades de um projeto de moradia popular no Jardim Apurá, na zona Sul, muitas pessoas que moram em área de risco não poderão ir para lá porque não há unidades suficientes. Enfim, é todo isso que tem de levar em conta na construção de um Plano Diretor e não dá para fazer essa discussão neste momento, em que nós, os 55 Vereadores, estamos enfrentando problemas de internet, com o áudio muitas vezes chegando em péssima qualidade.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Vereador Alfredinho, o tempo de V.Exa. se esgotou.

**O SR. ALFREDINHO (PT)** - A rede municipal de ensino, por exemplo, não conseguiu chegar em todos os alunos nas aulas virtuais, por conta dos problemas.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Vereador Alfredinho, seu tempo já acabou.

**O SR. ALFREDINHO (PT)** - O Plano Diretor passado foi um exemplo de democracia e de participação popular. O Vereador Paulo Frange, que continua na Comissão de Política Urbana, foi participante. S.Exa. sabe que foram feitas dezenas de plenárias nas regiões e na Câmara. Porém, ainda faltou tempo porque havia solicitação demais. Então, imagine fazer a discussão neste momento. Sei que é importante a revisão do Plano Diretor, mas não imagino fazer neste momento um Plano Diretor discutindo de forma virtual, pois tenho certeza de que vai faltar participação popular. O morador da periferia tem de dizer o que quer, o que acha que é melhor para ele, como pode ser a construção da ponte, como falou o Vereador Milton Leite, o Gaivota e outras de grande impacto. Vamos ter moradia no local onde moramos? Vamos ter estrutura básica para vivermos decentemente? Já acabou meu tempo?

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Obrigada, Vereador Alfredinho.

Tem a palavra a nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL)** - Boa tarde a todos, Sra. Presidente, Secretário Cesar, Sras. e Srs. Vereadores.

Primeiramente, gostaria de falar que os relatórios técnicos precisam estar abertos a questionamentos e contribuições técnicas que podem vir justamente na medida em que se garante a participação popular de quem vive a cidade, inclusive com a capacidade dos diversos setores da sociedade.

- Falha na transmissão. Registro juridicamente.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL)** - E não só do sistema financeiro que aplique dinheiro no setor imobiliário. Estamos falando de uma cidade de uma pluralidade imensa, inclusive, com o olhar para as periferias que deixaram ou deveriam ter deixado de ser vistas apenas como dormitórios há muito tempo.

O Vereador Alfredinho acabou de falar de uma cidade, de uma periferia, capaz de fazer formulações importantes para a cidade, formulações que contribuem com o Plano Diretor no sentido de pensar espaços de cultura, de educação de qualidade.

A população da periferia conseguiu pautar a construção de duas universidades públicas na cidade, uma delas inclusive em Itaquera que vai versar sobre a cidade, um instituto das cidades na periferia da zona Leste.

É importante dizer também que ao pensarmos na construção de um espaço gestor que vai auxiliar o Executivo, ainda que não seja deliberativo, não é um espaço vazio de decisões. Quando é definido, ainda que não seja deliberativo, as conversas e decisões serão levadas em consideração. Não estão de maneira nenhuma vazios de posicionamentos políticos, ainda que sejam instâncias técnicas. E assim são formadas, a depender de quem está ocupando a cadeira Executiva.

Então, precisamos considerar, apontar e questionar a capacidade da pluralidade desse espaço e como influencia as decisões do Executivo.

O Secretário já falou dos conselhos gestores que precisamos escutar. É importante ressaltar que não estamos falando, neste momento de pandemia, de um espaço em que as pessoas estão tomando a decisão de acompanhar as instâncias participativas a partir da internet. Estamos falando de uma pandemia em que as pessoas não têm opção. Estamos fazendo isso porque não têm opção e com pouquíssima qualidade de acesso. Vemos na própria Câmara que muitas vezes todos os Vereadores, com condições, têm dificuldade de participação.

Enfim, a participação popular é fundamental nas discussões do Plano Diretor. Ninguém quer deixar de discutir o Plano Diretor, que é extremamente essencial e importante para a cidade, mas o que estamos falando é que isso precisa ser feito com muita cautela, responsabilidade e, principalmente, as pessoas da periferia, que tanto foram citadas pelos meus Colegas, precisam ter garantida a participação nesses espaços.

Então, é isso que precisamos entender. Ninguém está querendo deixar de discutir o Plano Diretor. Nós, Vereadores, estamos trabalhando e vamos continuar trabalhando, mas se é fundamental garantirmos a legalidade dessa discussão do Plano Diretor, a participação popular também está nessa legalidade. Ela é histórica na construção do Plano Diretor e precisa ser garantida.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Obrigada, Vereadora Elaine.

Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

**A SRA. LUANA ALVES (PSOL)** - Boa tarde, Vereadores, Colegas, telespectadores da TV Câmara São Paulo. Boa tarde, Secretário Cesar. Agradeço-o por responder as perguntas.

Eu tenho alguns questionamentos para fazer, algumas dúvidas que gostaria de tirar. Primeiro, Secretário Cesar, nós sabemos que o Plano Diretor de 2014 já coloca uma série de mecanismos e ferramentas que possibilitam as políticas de habitação, em especial para a periferia. Sabemos que, por exemplo, o Fundurb é um fundo que vem da outorga onerosa e voltado, inclusive, para políticas de habitação social, de habitação popular. Hoje, eu dei uma checada de como está o Fundurb. Em fevereiro de 2021, estava em 1,2 bilhão de reais. Eu gostaria de entender qual é a política da Secretaria para aplicar esse montante, todo esse caixa para a habitação social e isso independente de alterações no Plano Diretor. É possível fazer isso hoje com as ferramentas que temos do Plano Diretor de 2014.

Eu gostaria de entender também qual o plano da Secretaria para dar mais celeridade no atendimento em gestão de habitação, principalmente para a população de baixa renda que procura tanto a Secretaria do Secretário Cesar, quanto a Secretaria de Habitação, porque sabemos que é uma questão grave, hoje, a habitação. Existe fundo para isso. O Fundurb felizmente está bilionário. Eu gostaria de entender qual a política hoje, sem alteração do Plano Diretor, para as políticas de habitação.

Eu gostaria também de reforçar ainda a questão do Conselho. O Secretário Cesar falou que não é um conselho deliberativo, é consultivo. Mas eu ainda gostaria de entender, Secretário, qual foi o critério para a escolha das entidades que participariam; por que para as entidades sociais e para os movimentos sociais, que não são ligados ao empresariado, foi aberta uma inscrição, um cadastro para inscrição, enquanto para outros grupos ligados ao empresariado, está sendo feito um conselho que já está se reunindo continuamente com a Secretaria? Eu gostaria de entender qual foi o critério para haver essa diferença; por que esses movimentos não foram chamados também para esse conselho, mesmo que ele seja consultivo?

Eu também gostaria de pontuar o seguinte: o Secretário falou que o Conselho Municipal de Política Urbana é o conselho que delibera em relação ao Plano Diretor. Enfim, eu soube que boa parte das entidades componentes deste Conselho, neste momento, está pedindo pelo adiamento. Enfim, considerando as mesmas questões que já falamos aqui - de acesso à internet; de dificuldades na pandemia -, sabemos que é mais difícil fazer um debate de forma *on-line*. Então, gostaria de entender como é que está o diálogo com as entidades que compõem o Conselho Municipal de Política Urbana e que, neste momento, estão pedindo pelo adiamento do Plano. Não somos somente nós, Vereadores. São dezenas de entidades que estão pedindo à Secretaria para que adie.

Então, eu gostaria também de reforçar isso: quando falamos de adiar - meu posicionamento é a favor do adiamento -, não é porque achamos que o Plano Diretor não é importante, pelo contrário é justamente por considerá-lo importantíssimo, que altera as políticas de habitação, de transporte, de meio ambiente, de emprego. E, por isso mesmo, achamos que a discussão tem de ser ampla, deve ter vários setores da sociedade; que esteja vir com o máximo de pessoas, de entidades, de associações de bairro, comunitárias, todos que tenham de participar. É por isso que estamos pedindo isso. Não é por considerarmos que não seja importante, pelo contrário, entendemos que é muito importante.

Gostaria de reforçar também que a questão da internet é grave, em especial nos lugares que mais precisam de políticas de habitação e de políticas urbanas, que são as periferias, as franjas da cidade, as pessoas que estão perto das represas, que estão perto da Serra da Cantareira, nos extremos da cidade e que são justamente as que mais precisam de políticas urbanas, de políticas de habitação e que, neste momento, sabemos que têm pouco acesso à internet. Nós sabemos que existe uma grande desigualdade na internet hoje.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Vereadora, o seu tempo já excedeu em um minuto.

**A SRA. LUANA ALVES (PSOL)** - Finalizando, Presidente.

Eu vi que alguns Vereadores falam de daqui a alguns meses, algumas semanas, já começará a vacinação e que talvez daqui a três meses, não sei quando, poderemos pensar em atividades que não sejam *on-line*. Então, por que não podemos também adiar um pouco essa discussão, esperando o avanço da vacinação para conseguirmos ter, pelo menos, perspectiva de debates presenciais? Era isso o que queria entender.

E também, por favor, a questão do Conselho da Participação Social. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Muito obrigada, Vereadora Luana Alves.

Tem a palavra a nobre Vereadora Sandra Santana.

**A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB)** - Obrigada, Presidente. Secretário Cesar, é sempre muito bom ouvi-lo na Câmara, mesmo que de forma virtual, com toda paciência, com todo carinho nos ouvindo, os 55 Vereadores.

Vou ser muito breve, muito objetiva. Secretário, entendo que precisamos destravar muitos dos instrumentos criados pelo Plano Diretor de 2014, que até o momento não saíram do papel, mas são de grande importância para o desenvolvimento de diversas áreas da cidade, com grande potencial econômico.

O nosso Prefeito Bruno Covas tem falado muito da questão do desenvolvimento econômico local, do empoderamento de diversos setores da cidade, vários distritos, estamos na discussão do plano de metas, boas propostas estão chegando e quero aproveitar sua presença e tomar a liberdade de citar dois casos específicos.

O primeiro trata do Polo de Desenvolvimento Econômico da Região Noroeste, Norte e Fernão Dias, que tem perímetros de incentivos urbanísticos e tributários para a atração de novos empregos e renda para bairros que são considerados dormitórios na nossa cidade. O que vai contribuir, inclusive, com a melhoria da qualidade de vida do cidadão por aproximá-lo do trabalho, quanto mais próximo o trabalho do seu local de moradia, melhor; hoje, inclusive, com a questão do trabalho virtual, o *home office*.

E em segundo o Polo de Economia Criativa Sé e República, que poderia inclusive reforçar a vocação da região para negócios na área cultural e gastronômica, além de possibilitar a atração de novos negócios como as *startups* de tecnologia, por exemplo, para ajudar na revitalização da nossa região Central. Nessa revisão, será que não podemos avançar no detalhamento desses instrumentos para que sejam autoaplicáveis e sem a necessidade de novas leis específicas?

Essas são as minhas duas contribuições e aguardo ansiosamente pela fala de V.Exa. Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa - PSDB)** - Muito obrigada, Vereadora Sandra Santana.

Tem a palavra a nobre Vereadora Erika Hilton.

**A SRA. ERIKA HILTON (PSOL)** - Obrigada, Presidente. Boa tarde a todos, Secretário. Fiquei meio por último para perguntar; então, todos já passaram pelas questões que havia levantado e acho pertinente, inclusive, colocarmos muitíssimo bem essas questões. Muito brevemente quero bater em dois pontos.

O primeiro é sobre a sua fala com relação à resistência ao uso da internet. Percebemos que não se trata de uma resistência, até porque a internet tem facilitado a nossa vida em vários outros aspectos. O que temos é uma preocupação com a participação das pessoas no que diz respeito à discussão do Plano Diretor. Por exemplo, na educação, vimos o quanto a má qualidade, a falta de acesso à internet prejudicou a participação nas aulas.

Então, pergunto ao Secretário, qual é a metodologia que garante que a internet irá permitir que os mais pobres, mais vulneráveis, mais afastados, possam de fato participar de uma discussão tão importante como já foi dito. Não é questão de não quereremos discutir, é questão do tempo e da forma como iremos fazer essa discussão.

Outra questão importante, Secretário, é sobre o Comitê Técnico, que foi formado apenas por homens brancos. E o Secretário disse que a discussão tem pertinência porque quer debater a melhoria da qualidade de vida das populações periféricas e a empregabilidade dessa população. Fico me perguntando: Como esse Comitê terá condições de discutir melhor qualidade de vida da população periférica e a empregabilidade dessa população não tendo a participação desses grupos, esses coletivos, essas entidades que discorrem sobre a vida, a qualidade de vida, o emprego da população periférica, se não fazem parte deste Comitê e nem dessa discussão?

Qual é o critério para a formação deste Comitê majoritariamente de homens brancos, que não tem ninguém da periferia? E como esse Comitê, que não tem uma ligação próxima com a periferia, que não tem membros que discorram, que discutam sobre esse assunto participando, pretende discutir essas pautas?

Era isso, Secretário. Muito obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra a nobre Vereadora Cris Monteiro.

**A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO)** - Obrigada, Presidente; Secretário, por estar conosco; caros Vereadores e todos que nos assistem, assim como a nobre Vereadora Erika Hilton, a maioria das minhas dúvidas e perguntas já foram feitas; então, eu tambémerei muito breve.

Na verdade, tenho uma questão conceitual: Como esse Plano Diretor consolidará e se reconciliará com a vocação da nossa cidade? Qual é a vocação de São Paulo? É um polo tecnológico,

um polo de *startup*, um polo de negócios, um polo de eventos? Como esse plano pode amarrar a vocação de São Paulo? Essa é uma pergunta mais conceitual.

O Plano Diretor conversa com o Plano de Metas? Estamos tendo várias audiências públicas e, em alguns pontos, eu vejo que não. O Plano Diretor se refere a 40 parques ao longo da cidade e o Plano de Metas fala de oito. Então, esse é um dos pontos que eu queria entender, se existe uma conciliação, uma conversa, entre esses dois planos.

A outra pergunta é como esse Plano inclui a mulher na cidade? A parte de equipamentos públicos que facilitem o trânsito da mulher. Já temos estudo dizendo que a mulher não anda em linha reta, ela nada em zigue-zague buscando lugares mais iluminados, ela não vai direto de casa para o trabalho, do trabalho para a casa, ela passa na casa da sogra, na casa da mãe, passa no supermercado, vai buscar o filho na escola.

Dependendo do horário, isso é uma aventura para uma mulher que vive na periferia, mas no Centro da cidade também. Vivo no Centro e quando preciso caminhar pela cidade, fico sempre um pouco assustada. Então, como esse Plano conversará com a população feminina, que é bastante grande na cidade?

Estou aguardando a resposta das perguntas de todos os meus Colegas.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

**O SR. ADILSON AMADEU (DEM)** - Sr. Presidente, estamos no dia 13 de abril, infelizmente com essa pandemia, fazendo o que temos condições. Parabéns pelos trabalhos que estão sendo executados, feitos nesta Casa, mesmo que eventualmente. Todos os Colegas fizeram falas importantes que têm de ser aproveitadas, todas.

O Secretário Cesar Azevedo é um jovem com potencial grande e muito querido pelo Prefeito, não só pela amizade, mas pelo lado profissional. Sempre que posso, eu o parableno. Mas eu não fiquei satisfeito, aliás fiquei muito triste, quando o Plano Diretor passou. Muitos me procuraram para dizer coisas importantes que tinham para a cidade, que ficaram para trás, e simplesmente fiquei com cara de bobo.

Quem votou no Adilson Amadeu, na Luana, na Janaina, no Alfredinho, foi a população; e a população cobra. Então, nós precisamos dar o retorno.

Ouvi a fala do Vereador João Jorge e queria colocar o seguinte: Sabe qual é a grande revisão que nós poderíamos fazer? Trabalhando de segunda a segunda, depois que passar a pandemia, sem parar, sem receso, sem nada. Eu acho que podemos mostrar esse trabalho com a maior tranquilidade. Só os eixos que ficaram para trás no Plano Diretor já seriam a grande revisão. E falo para o Secretário: Quero que o Executivo me apresente todas as áreas que estão soltas na cidade de São Paulo. Conheço mais de 100 áreas do município largadas, que têm de ser aproveitadas.

O Comitê de Gestão pode ser formado por professor, o pessoal do empenho, sem problema nenhum, mas tem que passar por uma avaliação desta Casa. Já estou adiantando. Vocês querem buscar pessoas interessantes? A própria Prefeitura tem arquitetos e engenheiros de carreira que conhecem a cidade mais do que todos nós juntos, mais do que os 55 Vereadores. Eu falo isso com segurança. Eles têm que ser aproveitados.

Agora, uma coisa que está largada, querido Secretário que conhece as pessoas abnegadas que transformaram um bairro pobre, um bairro totalmente residencial, investiram, de 50 anos para cá, no Brás, Pari e em Canindé.

Tem que fazer algo específico para aquela região, por onde passam 800 mil pessoas por dia, 350 mil pessoas que vão trabalhar todos os dias, pessoas que gastam 2 horas e 15 minutos da Cidade Tiradentes para chegar no Brás, 2 horas e 15 minutos para ir, 1 hora e 15 minutos de almoço, seis horas perdidas, quando poderiam ter, sim, um PIU realmente que saia do Centro e venha para zona Leste toda, não tenho dúvida, mas Brás, Pari e Canindé, principalmente. Aliás, o maior *shopping* a céu aberto será inaugurado em fevereiro, ou março ou abril do ano que vem, com 260 mil m<sup>2</sup>, que precisa de carinho.

Então, não é somente a revisão do Plano Diretor, tem que ter carinho, precisa conhecer e precisa escutar todos os Vereadores. Escutar mesmo: "Olha, a internet, isso, aquilo, audiência pública". Não tem problema, até há condições de fazer muito bem as audiências públicas. Deslocar esse povo sofrido que trabalha por dia de 8 a 12 horas e vir na Câmara Municipal, como da última vez que fizeram acampamento, é loucura. Valeria a pena, sim, todas as Comissões reunidas irem nos CEUs da vida de cada região, seja em Pirituba, em Guaianases, seja em qualquer parte da cidade de São Paulo; e mostrar o Plano para todos. Tem pessoas interessantes em qualquer parte da nossa cidade, que podem falar e ajudar o governo.

Então, querido Secretário, no Plano Diretor, fiquei com a brocha na mão e não resolvi nada. Nessa daqui, estarei de roupa especial, de binóculos, acompanhando, porque realmente quero que aconteça tudo em cima.

Fique com Deus, Sr. Secretário. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Tem a palavra o nobre Vereador Senival Moura.

**O SR. SENIVAL MOURA (PT)** - Primeiro, quero cumprimentar o Sr. Presidente, cumprimentar o Secretário Cesar Azevedo, as Sras. e os Srs. Vereadores, o público que está nos acompanhando via redes sociais.

Esse debate, na minha opinião, está vindo num momento que não é o mais adequado. Nós estamos passando por uma grave crise de saúde pública, muitas pessoas morrendo, especialmente nas regiões mais pobres da cidade de São Paulo. Hoje, é a cidade onde mais pessoas morrem em razão da Covid-19. Eu acho que seria mais prudente se estivéssemos discutindo como sair dessa situação - se vai ter vacina para o povo, mais investimento, hospital de campanha, qual seria a forma. Eu acho que seria mais prudente discutirmos isso nesse momento, em vez do Plano Diretor, porque teremos o ano todo, mais o próximo ano, para discutir.

E pergunto ao Secretário Cesar: Esse momento seria o ideal para fazermos isso, sabendo que temos diversos problemas na cidade de São Paulo, de diversas naturezas, problemas gravíssimos de enchente em toda a periferia da cidade de São Paulo?

Eu sou da zona Leste, então eu quero falar um pouco mais dessa região, que compreende Itaim Paulista até São Mateus. Nas épocas de fortes chuvas, ocorrem enchentes e a população sofre. Muitas pessoas perdem a vida. Nós vemos pessoas que caem naquela enchente e vão embora, a água vem e derruba as casas. As pessoas vão querer debater esse assunto, dialogar, conversar. V.Exa. acha que virtualmente essas pessoas vão ter condição de debater, de dialogar, de conversar, de questionar e exigir que seja preparado algo para aquela região? Que tenha mais investimentos em obras de combate às enchentes em toda a região, que compreende desde Itaim Paulista até São Mateus? Acredito que não será possível ouvir a demanda dessa população.

O Plano Diretor também prevê grandes corredores na cidade de São Paulo. Temos problemas gravíssimos de mobilidade, de trânsito, de ônibus superlotados, especialmente para quem mora nos locais mais distantes, nas periferias.

Foi dito agora há pouco que quem mora na periferia, por exemplo, em Cidade Tiradentes e os especialistas já falam isso diversas vezes - vive 10 anos menos do que quem mora na região central, na área nobre da cidade, em função do desgaste diário no deslocamento.

Então, há grandes corredores que precisam ser discutidos. Havia a proposta no Plano Diretor da construção da Perimetral Leste, que vai de São Mateus até Itaim Paulista, passando por Guaianases, Cidade Tiradentes e Itaim Paulista.

Certamente, isso vai causar muitas emoções, terão de decupar muitos imóveis. Então, deverá haver um amplo debate, tem de conversar com a sociedade, o povo tem de ser ouvido. De forma virtual, Secretário, essas pessoas terão oportunidade para discutir, para reivindicar, para serem ouvidas?

Então, essas são as questões que quero deixar aqui. É a minha preocupação, Vereador Senival Moura. Tenho certeza de que se discutirmos o Plano Diretor daqui a um ano, ou um ano e meio, dois anos, não haverá prejuízo nenhum para a cidade, nem para o mercado que tem condições de esperar agora. O povo mais pobre está sofrendo, passando dificuldade, passando fome.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Para a conclusão, Vereador.

**O SR. SENIVAL MOURA (PT)** - Estou concluindo, Sr. Presidente.

Vi uma matéria na *Folha de S.Paulo*, no último fim de semana, em que as pessoas estão pedindo comida nos locais, nos lixões e não encontram mais nada, porque as pessoas que cediam, que doavam, por exemplo, material reciclável, não estão doando mais. Elas próprias estão pagando e vendendo, porque estão passando necessidade, estão passando fome.

Então, essa é a minha contribuição. São essas três perguntas, Secretário.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Esclarecendo aos Srs. Vereadores que, conforme acordado no início da sessão, haveria um prazo de uma hora para inscrição. As inscrições já foram encerradas, senão iremos perpetuar com um número de inscrições que não acaba mais.

O último inscrito é o Vereador Gilberto Nascimento.

**O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC)** - Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento o Secretário Cesar, o Sr. Presidente, todos os Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Esse é um excelente debate que iniciamos sobre o Plano Diretor.

Vou ser bem breve, acabei me inscrevendo no final. Mas, esse ponto que vou falar estava passando em branco e já quero deixar claro para o Secretário e para os Srs. Vereadores e pensarmos nisso. Temos muitas áreas, no meu ponto de vista, com um excessivo envoltório de áreas tombadas.

Vou dar um exemplo bem prático, aproveitando o que o Vereador Adilson Amadeu disse. No meu entendimento, quando se pega uma área muito grande, no envoltório dessa área tombada, seja do bairro ou seja do edifício específico, você acaba prejudicando o desenvolvimento da cidade, no momento em que precisamos buscar esse crescimento.

Vou entrar agora no exemplo. Como o Vereador Adilson Amadeu estava falando, hoje até discuti sobre isso com o Secretário Cesar, temos uma igreja conhecida como Igreja das Almas, com uma cruz iluminada em cima dela. Isso sempre me chamou a atenção, porque por aí passa o metrô Armênia e na base do metrô não tem nenhuma edificação maior.

Fomos atrás e começamos a levantar qual seria a dificuldade, onde haveria a possibilidade de crescimento vertical, por causa do metrô. Falamos que a grande dificuldade hoje na cidade - vários Vereadores deram esse exemplo - é as pessoas demorarem quatro, cinco, seis horas no transporte porque têm de vir à região central para trabalhar, sendo que temos áreas, no meu ponto de vista, engessadas como essa que eu falei. E por que não podemos construir? Porque existe na legislação, está dizendo que a Igreja do Pari, que a cruz da Igreja das Almas, tem de estar destacada; então, não poderia passar da sua altura. Ora, fica uma vizinha e o meu questionamento para pensarmos: O que um periguito a duas quadras - norte, sul, leste, oeste - da Igreja tem a ver com essa legislação? Não tem nada a ver.

Por isso, fica o meu pedido para que nós, Vereadores e Vereadoras, possamos pensar junto com o Secretário, no Plano Diretor, para diminuirmos a afetação do envoltório dessas áreas tombadas. Estamos na maior cidade, temos de pensar daqui 20 anos. Não dá para pensar num problema só de agora, mas devemos pensar na evolução e no crescimento da cidade.

Claro, não podia deixar de pontuar - até porque sou da zona Norte, há vários outros Vereadores, e a Vereadora Sandra também falou - que temos de dar celeridade nesses processos para poder liberar e voltar o crescimento para a zona Norte. Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Antes de passar a palavra para o Secretário, deixo as minhas considerações. Primeiro, agradeço ao Secretário. Gostaria de falar sobre mais um ponto. Somos do extremo-sul da cidade de São Paulo e devemos tratar a questão das águas no Plano Diretor, Secretário.

Na cidade de São Paulo temos vários mananciais. O Vereador Alfredinho atua muito comigo naquela região, há vários mananciais e vários sitiantes, é a chamada região de produção de água, temos dois lagos. Não quer dizer que na zona Norte não haja, na região de Perus há mananciais que também produzem água.

Esses sítios, que produzem água, não recebem incentivo algum, mesmo sendo Governo de um mesmo partido, a Sabesp não dá nenhum incentivo para os sitiantes, obviamente provocando a perda de nascentes dentro dos sítios, que estão numa das principais regiões da cidade, que é a região Capivari-Monos. É uma reserva que nós criamos na cidade: Capivari é um rio, Monos é outro, e é a região que mais produz água na cidade de São Paulo. Qual seria a questão? Temos dois lagos, Billings e Guarapiranga, que abastece 5,3 milhões de pessoas da cidade de São Paulo, e a Sabesp não põe um centavo para esses produtores.

Cito exemplo que V.Exa. conhece: a cidade de Nova York, Manhattan paga sitiantes a 200 quilômetros para protegerem as nascentes, para levarem água limpa para a cidade. A 200 quilômetros, eles protegem as nascentes, pagam, incentivam os sitiantes. Isso tem que ser tratado, deve ser tratado no aspecto ambiental.

Os Vereadores Alfredinho, Tatto, Donato trabalham tanto em nossa região; o Ricardo Nunes, nosso Vice-Prefeito; o Vereador Goulart, enfim todos os Vereadores daquela região. Nós abastecemos a cidade de São Paulo. Essa região de produtores, de nascente das águas, deve receber incentivo, devemos inserir regimentos claros para os sítios, recompensas, que a Sabesp remunerar e venha a proteger, ajudar esses sitiantes. Eles estão fornecendo água e só ela ganha dinheiro! Para que as Sras. e os Srs. Vereadores entendam, as ações da Sabesp não são negociadas aqui, são negociadas na Bolsa de Nova York. As velhinhas de New Jersey, com todo respeito, é que ganham dinheiro e o nosso sitiante produz para ela de graça!

Nós precisamos abordar essa questão no Plano Diretor, tirar dinheiro da Sabesp, que diminua o lucro, que pague o sitiante, recompense minimamente o sitiante dessa região da cidade de São Paulo, dê esse incentivo a ele, que protege as nossas nascentes. Água neste mundo - e não é aqui, mas neste mundo - vai secar, a água doce fará falta, temos de cuidar dessas águas.

Esta Câmara já tomou as primeiras providências. No Governo Kassab, nós criamos a reserva Capivari-Monos e estamos preocupados com a produção. Temos visto essas áreas devastadas, ocupadas, estamos perdendo as nossas nascentes.

Sr. Secretário, fica um apelo, um registro, eu posso dizer que em nome da Câmara: trate, em um capítulo, as questões das

nascentes de água e quem é que deve pagar por isso. Porque esses sítiantes devem proteger essas regiões de nascentes. São recursos que saem de São Paulo e são distribuídos em lucros para aposentados de New Jersey, onde se concentram os maiores acionistas da Sabesp e que ganham dinheiro com essa água.

Então, Secretário, fica esse registro muito importante para que V.Exa., antes de iniciar as discussões, garanta também um capítulo que trate da questão ambiental, que fique claro o papel desses sítios e da Sabesp. Ela tem de deixar um pouco de recurso. Não seria tirar do pobre, aumentando a conta; seria diminuir os lucros gordos que essas empresas recebem com as ações da Sabesp. Nós não estamos mexendo com ninguém daqui. Vamos abaixar o lucro de quem está lá, e eles vão ficar felizes se a justificativa for a preservação.

Eu quero mais uma vez, Secretário, garantir. Eu vejo Vereador reiteradamente dizer: "Olha, não haverá debate". Haverá debate popular. A vacina virá, nós teremos tempo hábil. O que estamos fazendo, na verdade, é iniciando o debate do Plano Diretor. Haverá tempo para presencial, tranquilamente, se não 100%, um *mix* será possível. Dentro do protocolo do Plano São Paulo, nós temos tempo de folga para tratar dessa matéria com debate presencial ou no *mix*, na pior das hipóteses. Nós vamos obedecer aos protocolos.

Secretário, tem V.Exa. a palavra para responder as questões. Ficam esses dois registros iniciais. Eu terei, obviamente, outras questões. Tem a questão que o Arnaldo Faria de Sá abordou, mas não tocou, que é a questão da via parque da Operação Água Espriada. Nós temos centenas de questões que precisamos tratar no Plano Diretor.

É uma discussão que estamos preparando para soltar o debate na sociedade. E estando a matriz do Plano Diretor preparada, nós saltaremos para o debate da sociedade e faremos as alterações necessárias.

O que esta Casa não pode, e não fará, é parar de trabalhar para debater, senão vamos ficar 10 anos debatendo o Plano e sempre haverá insatisfações. Nós vamos debater muito.

Ninguém está fixando data para votar, estamos fixando data para trabalhar. A partir de agora, estamos discutindo o Plano Diretor, as operações urbanas, o plano *retrofit*, que se faz necessário para as habitações na cidade de São Paulo. Em nome da Câmara eu quero dizer o seguinte: a Câmara Municipal de São Paulo não vai se omitir nem mesmo na crise; nós vamos trabalhar.

Secretário, tem V.Exa. a palavra.  
**O SR. GILSON BARRETO (PSDB)** - Presidente, eu me inscrevi com atraso, não foi?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Extemporaneamente.

O Secretário está com a palavra, Gilson.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Presidente, quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui discutindo com os Srs. Vereadores. É isso que nós queremos para o processo de revisão do Plano Diretor, esse amplo debate. Volto a lembrar o exemplo da Lei de Regularização de Imóveis, que regularizamos mais de 200 mil imóveis na cidade de São Paulo, não foi só o Poder Executivo que fez isso, foi o Poder Executivo em parceria com o Poder Legislativo. E assim vamos construir mais esse projeto para a cidade.

Alguns vereadores repetiram alguns assuntos que já tratamos. Então, para ganhar tempo, os meus argumentos seriam os mesmos e os senhores já os ouviram; então, vou passar para alguns temas que eu não abordei ainda.

Primeiro eu vi que alguns Vereadores citaram muito o comparativo Plano de Metas, Plano Diretor referente aos parques. São instrumentos diferentes. Quando o Plano Diretor, em 2014, prevê a quantidade de parques que os senhores citaram, ele está prevendo a criação de parques de 2014 até 2029; então, é um lapso temporal grande.

O Plano de Metas que estamos discutindo com a sociedade civil neste momento é um programa de metas de 2021 até 2024, são quatro anos. É o programa de metas do Prefeito Bruno Covas.

Lembrando também que o Plano de Metas está em discussão com a sociedade. Cabe também à sociedade participar dessa discussão e fazer os apontamentos que achar necessários que, com certeza, a Gestão do Prefeito irá escutar o que a sociedade tem a dizer. Isso eu posso garantir e assegurar aos Srs. Vereadores.

Sobre os questionamentos da Vereadora Sandra Santana e do Vereador Adilson Amadeu que apontaram instrumentos que deveríamos desenvolver para que a cidade, em algumas regiões, cresça...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.  
**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Criei que cortou o sinal do Secretário.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Voltou. É justamente essa discussão. Quando eu falo em rever, calibrar o Plano Diretor, é justamente para dar eficiência e efetividade a esses instrumentos que estão previstos ali e que, por algum motivo, ainda não foram efetivados na cidade.

Muitos dos Srs. Vereadores, que já trabalharam comigo nos últimos dois anos, sabem que as portas da Secretaria estão abertas para que possamos discutir e construir soluções em conjunto.

Sobre as operações urbanas que o Vereador Alfreidinho mencionou que houve arcações com leilão de Cepac, e que esses recursos não foram aplicados na periferia, temos de entender que a legislação no Plano Diretor estipula que o recurso que foi arrecadado pelo Cepac tem de ser investido naquela região. Por isso que, de repente, criou-se essa confusão. Já escutei mais de uma vez pessoas confundirem a aplicabilidade do valor recolhido pelos Cepacs.

A Vereadora Edir Sales falou sobre pessoa física na produção de HIS. Nós temos de entender que o HIS é um processo. Quando o Plano Diretor prevê o HIS é um programa de habitação. Quando falamos em programa de habitação, nós esperamos conseguir angariar patrocínio dos Governos Estadual e Federal para a construção desses imóveis. A revisão que houve no Decreto não trouxe essa mudança, deixando apenas a pessoa jurídica para construir HIS na cidade, é um regramento que há desde a sua origem. Alguns Vereadores compararam o processo que nós estamos propondo para a Cidade com o...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.  
**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Alguns Vereadores compararam o processo que estamos propondo para a cidade com as aulas *on-line*. Temos de entender que são processos totalmente diferentes.

Existe uma complexidade e singularidade para que as aulas aconteçam, mas não com esse processo. Nós estamos tratando de um processo de discussão com a sociedade que tem um lapso temporal muito menor e limitado do que as aulas. A aula é pontual, nós não estamos indo em todas as casas. Estamos propondo base em todas as subprefeituras. São processos totalmente diferentes. Seria muito importante não haver esse tipo de confusão.

A Vereadora Luana apresentou algumas preocupações, sobretudo habitação na periferia. Quero deixar claro que a espinha dorsal, o DNA da revisão do Plano Diretor é justamente a habitação e emprego. Mas quando a Vereadora citou o Conselho Municipal de Política Urbana, que as entidades apresentaram pedido de adiamento da revisão do Plano Diretor, é bom deixar claro que a CMPU tem 60 assentos. Dos 60 assentos, 34 assentos são da sociedade civil. Apenas sete entidades assinaram essa carta. Então, de maneira nenhuma é a maioria do CMPU.

O Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy falou muito bem sobre se nós estamos respeitando os limites de aplicação do

Fundurb. Eu asseguro ao Vereador que os 30%, tanto da habitação quanto da mobilidade, estão sendo respeitados.

Sobre o PIU que a Vereadora Janaína Lima falou, o PIU Setor Central, é isso o que estamos discutindo com os Srs. Vereadores, é isso o que queremos construir juntos. Já existe uma proposta do Executivo e queremos trabalhar essa proposta com os senhores. Foi quando eu disse, na fala inicial, que gostaria de destravar, de avançar esse PIU no segundo semestre, justamente para que neste momento consigamos discutir juntos sobre qual é a melhor solução para a região central.

E as Vereadoras Janaína Lima e Cris Monteiro falaram sobre a vocação da cidade. É esta a força que faz girar essa discussão da revisão do Plano Diretor: qual é a vocação da cidade de São Paulo, vivendo o pós-pandemia? As cidades do mundo inteiro estão se repensando e é isso o que nós temos de fazer agora, e não só discutir qual é a vocação da cidade. É colocar São Paulo no protagonismo da América Latina, é resgatar esse protagonismo. É isto que vale a pena colocarmos em discussão e juntos construirmos: resgatar o protagonismo da cidade de São Paulo.

Sempre tem de estar latente nas nossas veias que o social é o pilar que move a cidade de São Paulo. O pêndulo da revisão do Plano Diretor é criar moradia no centro da cidade e nas regiões estruturantes e, ao mesmo tempo, criar emprego na periferia. É melhorar a qualidade de vida do paulistano. É poder criar uma cidade inclusiva, onde todos possam conviver em harmonia e desfrutar do mesmo equipamento público. É preciso acabar com essa exclusão socioespacial.

A Vereadora Cris Monteiro também falou sobre a participação da mulher nessa discussão. Um dos pilares de discussão da revisão do Plano Diretor é o desenvolvimento social. Quando abrimos esse chamamento público para que as entidades se cadastrem e participem dessa revisão, é justamente para trazer esses segmentos e nos ajudarem a discutir soluções para a revisão do Plano Diretor. Quando eu disse que na sua maioria a modernização da iluminação pública se deu na periferia, é porque o calor de criminalidade, da violência contra a mulher na periferia era maior, nos lugares mais escuros. É com base nessa inteligência que estamos trabalhando e é por isso que colocamos o desenvolvimento social como um dos pilares de discussão da revisão do Plano Diretor. Então, é importante, sim, esses segmentos participarem, porque são a voz da cidade. Esta cidade é a capital da diversidade, temos de fomentar isso.

Para concluir, sobre o que o Presidente Milton Leite falou a respeito dos mananciais, temos, sim, de colocar essa discussão. É uma realidade. A revisão do Plano Diretor permite colocarmos essa discussão à mesa e vamos construir uma solução possível, de forma que a cidade possa assegurar e proteger aquilo que é nosso patrimônio.

Eu peço desculpas se porventura eu pulei alguma resposta. Peço desculpas, faltou da Vereadora Janaína Lima. Houve também um Vereador que perguntou sobre a disponibilidade dos estudos. O monitoramento do Plano Diretor, feito pela Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, está disponível no *site* [gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br](http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br), que está integrado com o *site*, que eu disse, <http://planodiretorsk.prefeitura.sp.gov.br>. São ferramentas que estão integradas e trabalham em conjunto. E todos os outros estudos e contribuições que recebermos estarão disponíveis também para que todos possam ter acesso. É um compromisso da gestão com a Câmara Municipal e a sociedade. Será dada uma ampla divulgação daquilo que estamos fazendo. A construção será em conjunto, sim. É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Quero agradecer a presença do Secretário, reiterando obviamente que essa é a primeira reunião com a Câmara Municipal em plenário, o que acrescenta muito o debate. Faremos mais uma daqui um mês, um mês e pouco. Assim que as coisas andarem e houver objeto que demande, vamos convidar V.Exa. mais algumas vezes. A Câmara não vai só em uma Comissão temática, os demais Vereadores ficam praticamente fora desse debate, que atinge a Câmara como um todo. É importante a participação da Comissão de Política Urbana, essencial, mas é importante que todos os Srs. Vereadores participem do debate com o Secretário, que escutem a cidade, exponham seus pontos de vistas. O Sr. Secretário já se dispôs a vir aqui, sempre na medida do possível, para discutirmos esse tema que estará em discussão. Quando houver demanda e a Câmara necessitar, nós o convidaremos. Tenho certeza de que V.Exa. se dispõe a vir aqui quantas vezes for necessário. Vamos procurar aperfeiçoar esse Plano Diretor, para que chegue em uma interseção de pensamentos que reflita a sociedade como um todo, que reflita a boa vontade da grande maioria. Gostaria do apoio do Secretário e dos Srs. Vereadores na versão do Plano Diretor. Nós vamos engendrar esforços nessa direção e buscar o apoio da população, que é muito importante e é para quem de fato estamos modificando esse Plano Diretor, alterando no que for necessário. Devemos satisfação daquilo que fazemos ao povo. Vamos procurar atendê-los da melhor maneira, dar ao povo a assistência que merece, à sociedade como um todo, todos segmentos, tanto empresarial como os cidadãos, os empregados; não importa a classe. Aqueles que têm problemas a serem revistos no Plano Diretor, nós vamos ter que reestudar. Estamos no momento oportuno para discutir, que se inicia agora. Temos, obviamente, a participação expressiva, Sr. Secretário, da Comissão de Política Urbana que acompanhará conforme acordado, em todas as audiências para que tenhamos economicidade de tempo na questão Câmara. Sem prejuízo da Câmara trazer o debate, sempre que a Comissão e os demais Vereadores precisarem.

É isso, Sr. Secretário. Passo a palavra para as considerações finais. Muito obrigado pela participação, mais uma vez pelo bom nível de debate com os Srs. Vereadores, foi uma participação efetiva com os 55 Srs. Vereadores presentes, 100% de comparecimento. Veja como foi importante a participação de V.Exa. hoje na Câmara. Passo a palavra ao Sr. Secretário, Cesar Angel Boffa de Azevedo.

**O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO** - Agradeço, Sr. Presidente, em nome de V.Exa. agradeço as Sras. e os Srs. Vereadores. Estou disposto, disponível para discutir quantas vezes for necessário, não só projeto de revisão do Plano Diretor, mas de todos os outros instrumentos urbanístico da cidade.

Quero reafirmar o compromisso de construir esse projeto a quatro mãos e dizer, mais uma vez, que ao final do processo de elaboração do projeto, nós, Executivo, encaminharemos à Câmara onde haverá uma nova análise e discussão com a sociedade, para que o texto final seja concluído.

E dizer: O que move, o que motiva e o objetivo da revisão do Plano Diretor é fomentar a criação de moradia no centro da cidade, nas regiões com infraestrutura e, ao mesmo tempo, levar empregos, criar novas centralidades, novos serviços na periferia. É poder melhorar a qualidade de vida do paulistano. É tornar São Paulo uma cidade inclusiva. Eu quero, mais uma vez, agradecer e dizer que estou muito contente com o debate que tivemos e espero ser convidado para novas audiências. Um abraço a todos

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Obrigado, Secretário, a Câmara agradece, seguramente V.Exa. estará com os Srs. Vereadores tantas vezes a Câmara precisar, porque esse debate é importante demais, essa alteração para todos vocês, para toda cidade de São Paulo. Muito obrigado, mais uma vez.

- Suspenso, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - De ofício, adio o Pequeno e o Grande Expedientes.

Nesse momento eu passo aos comunicados de Liderança. Peço aos Srs. Vereadores que façam os pedidos de comunicado de Liderança, conforme avistado na inicial. Se não me enganar, a Vereadora Luana Alves havia pedido.

**A SRA. LUANA ALVES (PSOL)** - (Pela ordem) - Retiro, Presidente. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** - Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy? (Pausa)

Por acordo de Lideranças, esta presidência encerrará a presente sessão. Convoco os Srs. Vereadores para a próxima sessão, amanhã, quarta-feira, com a Ordem do Dia a ser publicada.

Relembro que estão convocadas cinco sessões extraordinárias, após a sessão ordinária, e mais cinco sessões extraordinárias, aos cinco minutos de quinta-feira, dia 15 de abril, todas com a Ordem do Dia a ser publicada.

Estão de parabéns as Sras. e os Srs. Vereadores pela reunião de hoje; parabéns mesmo, estou muito feliz.

Estão encerrados os trabalhos.

**EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA EM 13/04/2021**

**Requerimentos**

**VEREADORES ISAC FELIX (PL) E RUTE COSTA (PSDB)**  
13-00313/2021 - Inclusão do Vereador Isac Felix como coautor do PL 685/2017.

**VEREADORES MARCELO MESSIAS (MDB) E MILTON LEITE (DEM)**

13-00314/2021 - Inclusão do Vereador Marcelo Messias como coautor do PL 738/2020.

13-00319/2021 - Inclusão do Vereador Marcelo Messias como coautor do PL 767/2020.

**VEREADORES MARCELO MESSIAS (MDB) E RINALDI DIGILIO (PSL)**

13-00316/2021 - Inclusão do Vereador Marcelo Messias como coautor do PL 369/2020.

**VEREADORES MARCELO MESSIAS (MDB) E ELISEU GABRIEL (PSB)**

13-00317/2021 - Inclusão do Vereador Marcelo Messias como coautor do PL 556/2011.

**VEREADORES MARCELO MESSIAS (MDB), AURÉLIO NOMURA (PSDB), MILTON LEITE (DEM) E EDUARDO MATA-RAZZO SUPLICY (PT)**

13-00318/2021 - Inclusão do Vereador Marcelo Messias como coautor do PDL 13/2015.

**VEREADORA ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL)**

13-00315/2021 - Solicitação de informações à Secretaria Municipal de Educação a respeito dos 465 mil tablets, adquiridos pelo Município, aos alunos da rede municipal.

**VEREADOR PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL)**

13-00320/2021 - Solicitação de informações à Secretaria de Mobilidade e Transportes a respeito da diferença nos valores gastos pela Municipalidade com transporte em dezembro de 2020, em comparação com o período de pandemia e pré-pandemia.

13-00325/2021 - Solicitação de informações à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo acerca do processo de retorno de atendimento presencial de serviços sociais.

**VEREADOR EDUARDO MATAZZO SUPLICY (PT)**

13-00321/2021 - Desarquivamento dos PLs 729/2013, 78/2016, 42/2017, 23/2018, 216/2018, 282/2020, 283/2020, 285/2020, 376/2020, 383/2020, 647/2020 e 648/2020.

13-00323/2021 - Desarquivamento dos seguintes projetos: PLs 98/2001, 641/2006, 331/2007, 750/2007, 484/2011, 127/2012, 472/2012, 524/2012, 525/2012, 528/2012, 535/2012, 537/2012, 539/2012, 540/2012, 543/2012, 86/2013, 88/2013, 91/2013, 146/2013, 196/2013, 265/2013, 266/2013, 366/2013, 369/2013, 370/2013, 394/2013, 423/2013, 424/2013, 522/2013, 581/2013, 582/2013, 652/2013, 653/2013, 859/2013, 861/2013, 903/2013, 904/2013, 905/2013, 909/2013, 912/2013, 916/2013, 440/2014, 40/2015, 52/2015, 215/2015, 590/2015, 590/2015, 598/2015, 656/2015, 43/2016, 205/2016, 319/2016, 366/2016, 372/2016, 150/2017, 152/2017, 263/2017, 436/2017, 523/2017, 638/2017, 867/2017, 875/2017, 176/2018, 180/2018, 181/2018, 305/2018, 437/2018, 458/2018, 78/2019, 173/2019, 211/2019, 425/2019, 677/2019, 683/2019, 772/2019, 773/2019, 811/2019, 862/2019, 1/2020, 219/2020, 220/2020, 221/2020, 222/2020, 250/2020, 269/2020, 302/2020 e 306/2020; PRs 33/2017, 17/2018, 18/2019, 5/2020 e 7/2020.

13-00339/2021 - Desarquivamento do PL 557/2011.

**VEREADORA LUANA ALVES (PSOL)**

13-00322/2021 - Desarquivamento dos seguintes projetos: PL 100/2015, PL 113/2014, PL 120/2014, PL 135/2014, PL 186/2020, PL 218/2020, PL 226/2020, PL 227/2020, PL 237/2020, PL 267/2020, PL 270/2013, PL 316/2015, PL 334/2020, PL 385/2020, PL 426/2014, PL 442/2020, PL 443/2020, PL 479/2015, PL 505/2017, PL 516/2015, PL 559/2013, PL 583/2018, PL 824/2013, PL 833/2017, PL 852/2013, PDL 29/2020 e PR 34/2013.

**VEREADORES SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS), FERNANDO HOLIDAY (SEM PARTIDO), GILBERTO NASCIMENTO (PSC), JANAÍNA LIMA (NOVO), RUTE COSTA (PSDB), RUBINHO NUNES (PATRIOTA), MARLON LUZ (PATRIOTA), SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS), DELEGADO PALUMBO (MDB), ELI CORRÊA (DEM) E CRIS MONTEIRO (NOVO)**

13-00324/2021 - Juntada de documento ao PR 21/2021.

**VEREADORAS ERIKA HILTON (PSOL) E LUANA ALVES (PSOL)**

13-00326/2021 - Inclusão da Vereadora Erika Hilton como coautora do PL 47/2021.

**VEREADOR RODRIGO GOULART (PSD)**

13-00327/2021 - Voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Ferreira de Macedo.

13-00328/2021 - Voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Aliete da Silva.

13-00329/2021 - Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ricardo Morganti.

13-00330/2021 - Voto de júbilo e congratulações ao ensejo da efeméride de 25 de março - Dia Nacional da Comunidade Árabe.

13-00331/2021 - Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Contardo Luigi Calligaris.

13-00332/2021 - Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rubens Sella de Lima.

13-00333/2021 - Voto de júbilo e congratulações ao CRMV-SP.

13-00334/2021 - Voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Carlos Alves de Souza.

**VEREADORES RODRIGO GOULART (PSD) E EDIR SALES (PSD)**

13-00335/2021 - Inclusão do Vereador Rodrigo Goulart como coautor do PL 135/2021.

13-00336/2021 - Inclusão da Vereadora Edir Sales como coautora do PL 763/2020.

**VEREADOR JAIR TATTO (PT)**

13-00337/2021 - Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Carlos Malheiros.

13-00338/2021 - Voto de júbilo e congratulações à Editora Vozes.

13-00340/2021 - Voto de júbilo e congratulações à Paróquia Santa Cristina.

13-00341/2021 - Voto de júbilo e congratulações à Paróquia Sagrado Coração de Jesus em Sufrágios das Almas.

13-00342/2021 - Voto de júbilo e congratulações à UNIFAI - Centro Universitário Assunção.

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

08-00023/2021 - Desconvocação da sessão ordinária de 15 de abril de 2021 para realização de audiência pública com o tema "Participação Social e o Debate Público relativo ao Programa de Metas".

**VEREADORA JANAÍNA LIMA (NOVO)**

08-00024/2021 - Abertura de processo digital para a Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude, referente ao ano de 2021.

## SECRETARIA DAS COMISSÕES - SGP-1

**EQUIPE DA SECRETARIA DAS COMISSÕES DO PROCESSO LEGISLATIVO – SGP-12**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

**Audiência Pública**

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes convida o público interessado a participar da audiência pública que esta Comissão realizará sobre as seguintes matérias:

1) PL 143/2017 - Autor: Ver. CAMILO CRISTÓFARO (PSB) - ACRESCENTA ARTIGOS NA LEI Nº 10.154, DE 7 DE OUTUBRO DE 1986, PARA TOMAR OBRIGATORIA A INSTALAÇÃO DE RASTREADORES NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

2) PL 438/2017 - Autor: Ver. JAIR TATTO (PT) - DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO ANTIDROGAS NO INÍCIO DO ANO LETIVO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

3) PL 10/2018 - Autor: Ver. RINALDI DIGILIO (PSL) - DETERMINA QUE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO OU PRIVADA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO POSSUA FUNCIONÁRIO HABILITADO COM O CURSO DE PRIMEIRO SOCORROS.

4) PL 134/2018 - Autor: Ver. RUTE COSTA (PSDB) - INSTITUI MEDIDAS PARA A MELHORIA DO ENSINO MUNICIPAL PÚBLICO E PRIVADO, COM A PROGRAMAÇÃO DE INSTITUÍREM EM SUA GRADE CURRICULAR AULAS DE MÚSICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

5) PL 194/2018 - Autor: Ver. JAIR TATTO (PT) - INSTITUI O "BOLETIM ESCOLAR ELETRÔNICO" NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO.

6) PL 231/2018 - Autor: Ver. AURÉLIO NOMURA (PSDB); Ver. GILBERTO NATALINI (S/PARTIDO) - DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TRANSPLANTES NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

7) PL 277/2018 - Autor: Ver. RUTE COSTA (PSDB) - CONCEDE INCENTIVO FISCAL PARA AS EMPRESAS, INDÚSTRIAS, LOJAS E ESTABELECIDAMENTOS COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, QUE DOAREM KIT-BANDA PARA SECRETARIA DE CULTURA.

8) PL 347/2018 - Autor: Ver. RUTE COSTA (PSDB) - AUTORIZA O EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO COM CURSOS PRÉ-VESTIBULAR, VISANDO À IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS-VESTIBULAR, JUNTO A ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

9) PL 418/2018 - Autor: Ver. ANTONIO DONATO (PT); Ver. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL); Ver. JAIR TATTO (PT) - INSTITUI NO ÂMBITO DO SISTEMA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO O PROGRAMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E EMANCIPATÓRIA.

10) PL 609/2018 - Autor: Ver. ARSELINO TATTO (PT) - REGULAMENTA O ART. 211 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DE GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO.

11) PL 162/2019 - Autor: Ver. RICARDO TEIXEIRA (DEM) - DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM PROJETO QUE VISA APRIMORAR A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

12) PL 163/2019 - Autor: Ver. RICARDO TEIXEIRA (DEM) - DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES PREVENTIVAS À DEPRESSÃO EM ADOLESCENTES NAS ESCOLAS.

13) PL 369/2019 - Autor: Ver. ANTONIO DONATO (PT) - DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE SERVIÇO SOCIAL NA REDE DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL

14) PL 436/2019 - Autor: Ver. RICARDO TEIXEIRA (DEM) - DISPÕE SOBRE ACRESCENTAR AS ESCOLAS MUNICIPAIS O ENSINO A RESPEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

15) PL 241/2020 - Autor: Ver. JANAÍNA LIMA (NOVO) - DISPÕE SOBRE O FORNECIMENTO DE UNIFORMES E DE MATERIAIS ESCOLARES PELA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

16) PL 675/2020 - Autor: Ver. SANDRA TADEU (DEM) - Institui diretrizes a serem seguidas pelos Centros Educacionais e aos C.D.s (Clubes da Comunidade) a fim de que sejam resguardados os direitos das crianças e adolescentes na utilização dos mesmos no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.